

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**QUILOMBOS URBANOS, SEGREGAÇÃO ESPACIAL E RESISTÊNCIA EM
PORTO ALEGRE/RS:**

Uma análise a partir dos Quilombos do Areal e da Família Silva

Angela Maria Faria da Costa

Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia apresentado na forma de Monografia, junto à disciplina Trabalho de Graduação II, como requisito parcial para obtenção do grau de Geógrafa.

Porto Alegre

2008

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, que foi mais um passo no meu caminhar acadêmico, consolidou e proporcionou conhecimentos que vão além do saber científico, mostrou-me como é bom poder contar com as pessoas, principalmente quando os obstáculos parecem intransponíveis e elas estão lá, com um sorriso no rosto e dispostas a estender a mão.

Agradeço ao Prof. Paulo Soares, orientador desta pesquisa, por vir há bastante tempo me orientando na pesquisa acadêmica, e por estar presente em mais esta etapa, apoiando-me e demonstrando as ferramentas que seriam úteis em minha jornada.

Agradeço às comunidades quilombolas do Areal e da Família Silva, em especial à Dona Gessi, do Areal e ao Sr. Lorivaldino e à Dona Lígia, da Família Silva pela generosa acolhida e paciência em responder aos meus questionamentos.

Agradeço a Rosetta Mammarella, da FEE, pela ajuda e pelas palavras incentivadoras. À Fernanda Tocchetto, do Museu Joaquim José Felizardo; à Mara e ao Ricardo da SPM; ao Sr. Aldovan Moraes, do DEMHAB; à Solange e à Ana Comin de Carvalho, do INCRA; que além de informações me proporcionaram conversas esclarecedoras e agradáveis.

Aos funcionários das bibliotecas Central, da Economia, da Escola Técnica e da Geociências da UFRGS pela atenção e auxílio, meu agradecimento. Também ao SINDUSCON/RS pelos dados fornecidos.

Ao Henrique, do INCRA, que além da inestimável ajuda tem se mostrado um bom amigo. À Lucimar Vieira pela ajuda e dicas importantes.

Agradeço aos mestres que me conduziram no pensamento geográfico, alargando meus horizontes, especialmente ao Prof. Oscar Sobarzo, à Prof^a. Tânia Strohaecker, ao Prof. Roberto Verdum, à Prof^a. Dirce Suertegaray, ao Prof. Luiz Fernando Fontoura, ao Prof. Álvaro Heidrich, ao Prof. Aldomar Rückert, e à inesquecível Prof^a. Vanda Ueda (*in memoriam*).

Aos colegas de curso que fizeram parte desta trajetória. Impossível nomear todos, então cito alguns para homenagear a todos: Roberto Oliveira, Lúcio Rodrigues, Marcos Paulo Pacheco, Isaías Thoen, Roberta Campos, Lucas Panitz, Tiago Manassi, Clotilde Zancanaro, Rodrigo Borba. Ao Matheus Schneider e sua

mãe pela ajuda com os dados do mercado imobiliário, que se não fossem eles não teria conseguido obter. Agradeço ao Rodrigo Aguiar (*Chaves*) pela ajuda e pelo carinho.

O “grupo de auto-ajuda pró-TG” foi indispensável para chegar até aqui: Pedro Torres, Mariana Pessoa e Júlio Lanzarini. Por toda as ajudas, antes e agora, e por terem me aturado e partilhado das experiências, muito obrigado!

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tornou possível o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

À minha família e aos meus amigos, essencialmente por terem compreendido minha constante ausência nos últimos tempos.

Ao Rafael, meu filho, por ter ajudado com os softwares e com a informática em geral, pelo carinho, e pela paciência com as ausências e com o stress.

Agradeço ao Vitor, companheiro maravilhoso e incansável, por ter me incentivado a fazer o curso superior e ajudado a enfrentar os obstáculos a fim de que eu tivesse sucesso nesta empreitada. Em especial nestes últimos tempos, quando nos momentos de angústia foi meu “co-orientador”.

*"Hay hombres que luchan un día y son
buenos
Hay otros que luchan un año y son
mejores
Hay quienes luchan muchos años y son
muy buenos
Pero hay los que luchan toda la vida
Esos son los imprescindibles"
(Bertolt Brecht)*

RESUMO

Quilombos por muito tempo foram considerados como o abrigo dos escravos em fuga, localizados em locais de difícil acesso e isolados do convívio com outros grupos, proporcionando assim segurança e possibilidade de defesa desses territórios e de seus ocupantes. Hoje, temos uma ressignificação deste termo, uma nova apropriação do conceito indicando forma de resistência e luta para comunidades negras rurais e urbanas do Brasil.

Procuramos através do estudo de duas comunidades quilombolas de Porto Alegre - Quilombo do Areal e Quilombo da Família Silva - verificar os processos de segregação espacial e resistência que perpassaram a constituição destes territórios étnicos – lugares de moradia e espaço de reprodução social.

Analisamos, portanto, as dinâmicas de valorização do solo urbano na cidade e a intervenção do poder público, tanto como agente valorizador do espaço urbano, como executor de políticas públicas de remoção e assentamento de comunidades pobres, que não tem acesso à propriedade da terra, para locais carentes de equipamentos públicos, com precárias condições de mobilidade e desinteressantes do ponto de vista econômico.

As duas comunidades estudadas resistiram às pressões sobre as áreas ocupadas praticamente desde a sua formação. Seus territórios são constituídos através da cultura, da memória, das tradições e também por práticas de solidariedade e sociabilidade, baseadas principalmente em laços de parentesco. Tais características proporcionaram a estas comunidades congregarem-se na luta pela manutenção desses territórios. A partir do reconhecimento do direito à propriedade da terra que ocupavam, na Constituição Federal de 1988, obtiveram novo fôlego para sustentar a luta pelo direito de propriedade de suas áreas.

Os quilombos urbanos são, dessa forma, o referencial concreto da luta por reconhecimento, constituindo-se em territórios étnicos de resistência, possíveis dentro da atual conjuntura social e política do País.

Palavras-chave: segregação espacial, resistência, quilombo urbano, quilombolas, Porto Alegre.

RÉSUMÉ¹

Pour longtemps des Quilombos ont été considérés comme le refuge des esclaves en fuite, localisés dans des lieux d'accès difficile et isolés de la convivialité avec d'autres groupes, en proportionnant ainsi de la sécurité et de la possibilité de défense de ces territoires et de ses occupants. Aujourd'hui, nous avons une signification autre de ce terme, une nouvelle appropriation du concept en indiquant la forme de résistance et de lutte pour des communautés noires rurales et urbaines du Brésil.

Par l'étude de deux communautés « quilombolas » de Porto Alegre - Quilombo do Areal e Quilombo da Família Silva - nous avons fait la vérification des processus de ségrégation spatiale et de résistance qui ont passé outre la constitution de ces territoires ethniques – des lieux d'habitation et un espace de reproduction sociale.

Nous avons analysé donc les dynamiques de valorisation du sol urbain dans la ville et l'intervention du pouvoir public, tant d'un agent valorisateur de l'espace urbain qu'un exécutif de politiques publiques de déplacement et d'enregistrement de communautés pauvres lesquelles n'ont pas d'accès à la propriété de la terre, pour des lieux qui ont besoin d'équipement publics avec des conditions précaires concernant la mobilité ; du point de vue économique, ces communautés n'attirent pas beaucoup d'intérêt.

En ce qui concerne les deux communautés étudiées, elles ont résisté aux pressions dans les sites occupés, dès leur formation pratiquement. Leurs territoires sont constitués à travers la culture, la mémoire, les traditions et aussi les pratiques de solidarité et de sociabilité, basées principalement sur les liens de parenté. Tels caractéristiques ont proportionné la congrégation de ces communautés les unes avec les autres dans la lutte pour la manutention de ces territoires. C'est à partir de la reconnaissance du droit à la propriété de la terre qu'elles occupaient, selon la Constitution Fédérale de 1988, qu'elles ont obtenu un nouvel espoir en soutenant la lutte pour le droit de propriété de leurs sites.

Les « quilombos » urbains sont, de cette manière, le référentiel concret de lutte par la reconnaissance, en se constituant dans des territoires ethniques de résistance, possibles dans l'actuelle conjoncture sociale et politique du pays.

Des mots clefs: ségrégation spatiale, résistance, quilombo urbain, quilombolas.

¹ Gentilmente traduzido pela Prof^a. Carla Muller Almeida, do Departamento de Letras da UFRGS

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO.....	5
RÉSUMÉ.....	6
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE SIGLAS	10
1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
4 ÁREA DE ESTUDO.....	22
5 DA ESCRAVIDÃO À ABOLIÇÃO – UM POUCO DA HISTÓRIA.....	25
6 DA HISTÓRIA AOS PROCESSOS DE INVISIBILIDADE SOCIAL.....	27
7 OS NEGROS EM PORTO ALEGRE, OS PROCESSOS HIGIENIZADORES E A SEGREGAÇÃO ESPACIAL	31
8 A AÇÃO DO PODER PÚBLICO INTERFERINDO NA NECESSIDADE DE MORAR DAS CAMADAS POPULARES DE PORTO ALEGRE	36
9 A VALORIZAÇÃO E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NOS BAIROS MENINO DEUS E TRÊS FIGUEIRAS	41
10 PORTO ALEGRE E SEUS QUILOMBOS: TRANSFORMAÇÃO URBANA E RESISTÊNCIA	48
10.1 QUILOMBO DO AREAL OU AVENIDA LUISGUARANHA – TERRITORIALIZAÇÃO.....	49
10.1.1 Impressões sobre o Quilombo do Areal da Baronesa.....	50
10.1.2 A Entrevista e Algumas Considerações	53
10.2 QUILOMBO FAMÍLIA SILVA – TERRITORIALIZAÇÃO.....	57
10.2.1 Impressões sobre o Quilombo da Família Silva	60
10.2.2 Considerações sobre a entrevista	62
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
ANEXO.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização das Comunidades Quilombolas nos Bairros de Porto Alegre

Figura 2 Reconhecimento da área do Quilombo da Família Silva pelo Governo Federal.

Figura 3 Distribuição da População Negra por áreas de expansão dos dados da amostra (AED's), em Porto Alegre – 2000.

Figura 4 Empreendimento imobiliário em construção em área vizinha ao Quilombo da Família Silva, próximo da entrada do lado norte.

Figura 5 Construção de prédio junto à divisa do Quilombo da Família Silva, “sufocando” as casas da comunidade.

Figura 6 Prédio novo se sobrepondo na paisagem do Quilombo do Areal.

Figura 7 As diversas camadas de história podem ser apreendidas no contraste entre construções antigas e modernas.

Figura 8 Imagem do Google Maps da área do Quilombo do Areal.

Figura 9 Imagem do Google Maps da área do Quilombo da Família Silva.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Remoções e reassentamentos realizados de 1980 a 1999 em Porto Alegre.

TABELA 2 - Evolução dos preços médios, por tipo, do m² para venda de imóveis em Porto Alegre: Dezembro de 2002 a 2006

TABELA 3 - Lançamento e venda de imóveis novos em Porto Alegre, e estoque de imóveis por ano – 2003/2007

TABELA 4 - Oferta de imóveis, novos e usados, no Bairro Menino Deus por tipo de imóvel e valor médio

TABELA 5 – Oferta de imóveis novos, com valor superior a R\$1.010.600,00, ocorrência por bairro. Maio 2008.

TABELA 6 - Oferta de imóveis, novos e usados, no Bairro Três Figueiras por tipo de imóvel e valor médio

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AED – Áreas de Expansão dos Dados da Amostra

AGADEMI – Associação Gaúcha de Empresas do Mercado Imobiliário

CRC/RS – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul

DEMHAB – Departamento Municipal da Habitação

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LABORS – Laboratório de Observação Social do IFCH

OBSERVA-POA – Observatório da Cidade de Porto Alegre

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PRF – Programa de Regularização Fundiária

SECOVI/RS – Sindicato das Empresas de Administração de Imóveis e Condomínios do Rio Grande do Sul

SINDUSCON/RS – Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul

SPM – Secretaria do Planejamento Municipal

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

VAP – Viação Alto Petrópolis

1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano se torna não apenas a matéria-prima da existência e o lugar da cotidianidade, mas o espaço para o sonho, para o desejo coletivo de um vir-a-ser em tudo melhor que o vivido.

PESAVENTO (1994)

O que nos impulsionou a esta pesquisa foi a vontade de tratar sobre a dinâmica do espaço urbano através do olhar dos que estão no meio, mas normalmente não têm real direito à cidade, ficando alijados do acesso aos equipamentos e aos benefícios do urbano.

Chegamos, primeiro, às comunidades pobres de Porto Alegre que vivem em subhabitações, de forma precária e instável. Apesar da tendência natural da busca dessas pessoas por um local para morar que lhes dê condição de reprodução social – através da proximidade com pólos de emprego e equipamentos públicos, como postos de saúde e escolas - sofrem com freqüência a ação do poder público e dos agentes imobiliários, que tendem a perifерizar cada vez mais as populações carentes², uns com o discurso de melhoramento e reurbanização da cidade e outros interessados na especulação imobiliária, devido ao alto valor da terra urbana.

Num segundo momento, decidimos por trabalhar com comunidades mais específicas, que estivessem na luta pelo direito à moradia e, dessa forma, chegamos às comunidades quilombolas urbanas de Porto Alegre, que nos despertaram admiração pela organização e resistência que demonstravam frente às instituições e às dificuldades que se apresentavam à manutenção de seus territórios.

Nas comunidades quilombolas urbanas de Porto Alegre percebemos que a luta não se restringia ao direito à moradia, ia além: reivindicavam territórios, embebidos de práticas culturais e coletivas, ligados ao ser negro. Apesar de terem a posse destes territórios, onde habitam a várias décadas, viviam sempre a incerteza da permanência nestes locais, de forma bem semelhante à vivida por outros pobres da cidade, graças às intervenções do poder público através de projetos de reurbanização e enobrecimento de determinadas áreas da cidade, e dos agentes imobiliários, que através da especulação imobiliária e das pressões advindas da

² Tivemos certa reversão nesta tendência durante o governo da Frente Popular em Porto Alegre, de 1989 a 2004, quando alguns reassentamentos urbanos ocorreram no próprio local ocupado pelas

valorização da terra expulsam comunidades inteiras de um lugar para outro na cidade, em busca de maiores ganhos econômicos, configurando a cidade segregada.³

Estas comunidades tiveram novo fôlego, na luta pela manutenção de seus territórios, quando foi reconhecida pelo Estado a necessidade de resgatar a dívida histórica com estes brasileiros, que pelas condições de escravidão e expropriação, não tiveram acesso à propriedade da terra. Na Carta Magna elaborada em 1988, buscou-se a correção desta distorção. Este reconhecimento não foi gratuito e espontâneo, necessitou de toda uma mobilização de luta de negros e negras através de organizações do movimento negro no País, e de outros segmentos identificados com essa causa.

Na Constituição Federal de 1988, temos o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que determina: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Nestes 20 anos do referido artigo temos visto várias iniciativas de reconhecimento de territórios quilombolas, demandas dos afro-descendentes que querem ver seu território reconhecido e, portanto, mais garantido frente as pressões que essas comunidades sofrem a partir de grupos ou pessoas que querem apossar-se da terra onde elas estão estabelecidas. Primeiro vimos o reconhecimento de vários quilombos rurais e agora já temos também alguns quilombos urbanos. Em Porto Alegre quatro comunidades já se auto-reconheceram como quilombolas e seus territórios, identificados como quilombos urbanos, passam por um processo de reconhecimento e de titulação. Mas esta luta não tem se desenvolvido de forma linear, vemos avanços e recuos, estes últimos proporcionados, normalmente, por ações dos Poderes Executivo e Legislativo das diversas esferas da Federação.

Quando se fala em quilombo a primeira idéia, que faz parte do imaginário popular, é aquela que remete aos esconderijos e fortificações dos negros fugidos da escravidão. Mas para os movimentos negros quilombo significa bem mais: é afirmação de uma cultura negra, com toda sua diversidade, resistência e memória,

comunidades carentes. Por exemplo: Vila Planetário, Vila Lupicínio Rodrigues, Vila das Placas, Condomínio Princesa Isabel. Esses dados podem ser encontrados em Moraes (2008).

³ “É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das

de construção e reconstrução identitária e social. Este trabalho incorpora, conseqüentemente, esta concepção de quilombo.

A partir do reconhecimento das áreas dos quilombos se estabelecem novas relações com o território negro, pelos próprios, que finalmente têm seus direitos reconhecidos e pela sociedade como um todo, que é confrontada como uma situação que normalmente passa despercebida: a falsa idéia da democracia racial no Brasil. Tal situação leva a uma série de questionamentos que podem sim produzir os argumentos para a constituição de uma verdadeira sociedade não racista. Neste trabalho, interessa-nos, sobretudo, a discussão sobre os processos de segregação espacial e territorialização das comunidades quilombolas em Porto Alegre. Fonteles (2008:4) se refere à gênese da constituição destes territórios “com base nos processos históricos e nas lutas recentes das comunidades, nos territórios étnicos”.

O tema dos quilombos e dos quilombolas está muito presente em várias áreas das ciências sociais, como na Antropologia, na Sociologia e na História. Entendemos que a Geografia pode colaborar na ampliação do debate desta temática tão importante, através de seus conceitos e métodos. Podemos fortalecer as bases dos processos de reconhecimento dos territórios quilombolas, propiciando o entendimento de aspectos relevantes para o debate pela sociedade em geral, sobre a preservação destes espaços de cultura e ancestralidade negra no Brasil.

Acreditamos que os quilombos foram, no processo histórico, espaço de segregação e de resistência das comunidades que os habitam, com as duas ações se enfrentando constantemente: a imposição do onde morar (segregação) e a construção desses territórios com a permanência neles (resistência). Tal condição permanece na atualidade, ao observarmos os quilombos urbanos, que são pressionados pelo mercado imobiliário, muitas vezes com apoio do poder público, visando expulsar essas comunidades do local em que se instalaram (quando ali não servia para ninguém) para as periferias desvalorizadas da cidade.

Para esse trabalho, propomos, então, a hipótese de que os quilombos urbanos são territórios ressignificados a partir da valorização política da luta das comunidades afro-descendentes, no momento histórico atual, que encontram a oportunidade de transformar um espaço segregado em objeto de resistência histórica e cultural.

Assim, estabelecemos como problemática desta pesquisa, as seguintes questões:

Como podemos definir os quilombos urbanos, em Porto Alegre, através dos conceitos geográficos? São espaços de segregação ou de resistência? E como estes conseguiram se manter através do tempo, com a revalorização imobiliária de determinadas áreas e com a especulação imobiliária?

Estabelecemos como objetivo geral: confrontar a valorização do solo urbano, através de políticas públicas e da especulação imobiliária, com a resistência das comunidades negras na manutenção de seus territórios, agora reconhecidos como quilombos urbanos, frente à constante transformação do espaço urbano, que remove populações para as periferias, desinteressantes do ponto de vista econômico.

A partir deste objetivo geral, pretendemos atingir a execução dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar a trajetória negra na história do Brasil, do Rio Grande do Sul e principalmente em Porto Alegre, nossa área de estudo;
- Identificar os processos de segregação espacial das comunidades desprovidas do direito ao acesso à propriedade da terra em Porto Alegre, especialmente quando referentes às comunidades negras que hoje constituem os quilombos urbanos;
- Registrar as formas de ação e intervenção do poder público municipal na organização do espaço urbano, de forma a valorizar e preparar a terra como mercadoria para os agentes imobiliários;
- Levantar dados e informações referentes à especulação imobiliária nos bairros onde se situam os quilombos da Família Silva e do Areal, nosso objeto de estudo;
- Identificar as formas de resistência empreendidas pelas comunidades negras estudadas, antes e depois do auto-reconhecimento como remanescentes de quilombolas, para a manutenção de seus territórios.

2 METODOLOGIA

Situamos nosso trabalho na Geografia Humana, na área de estudos urbanos, da qual utilizamos vários conceitos, procurando sempre dialogar com outras sub-áreas da Geografia e, também, com outros ramos das Ciências Humanas.

Nossa idéia inicial era trabalhar com a cidade de Porto Alegre e seus quilombos urbanos, nos diversos momentos de legitimação do território em que se encontra cada comunidade, na luta pela regularização e titulação das terras. Logo nos deparamos com alguns problemas: são consideradas existentes, até o momento, quatro comunidades quilombolas⁴, sendo que duas já tinham seus laudos sócio-antropológicos concluídos e divulgados, a comunidade do Areal e a da Família Silva, com seus processos de titulação mais adiantados. Outra, a Comunidade dos Alpes, estava em fase de conclusão do laudo sócio-antropológico, mas o mesmo ainda não havia sido publicizado, existindo, portanto, impedimentos para a divulgação das informações nele contidas, pois poderia colocar em risco a reivindicação do território pela comunidade. Outra comunidade quilombola de Porto Alegre, da Família Fidelix, ainda está em processo de levantamento dos dados para produção do laudo. Dessa forma, optamos por trabalhar apenas com as duas primeiras comunidades, até por que estas já estão com o processo de auto-reconhecimento relativamente consolidado.

A partir da escolha das comunidades que seriam estudadas, precisávamos delimitar o recorte territorial para a busca e a análise de dados referentes às questões de moradia, relação espacial das comunidades quilombolas com sua vizinhança, valorização e especulação imobiliária e verificação do processo de segregação e/ou resistência. Decidimo-nos por utilizar os bairros onde estavam inseridas as comunidades quilombolas como área de estudo, ou seja, para o Quilombo do Areal, o Bairro Menino Deus, e para o Quilombo da Família Silva, o Bairro Três Figueiras, a partir das delimitações oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

⁴ Encontramos referência a um quinto quilombo, em Porto Alegre: o Quilombo da Serraria, em Marques (2005) e Gehlen (2008). Parece-nos que este está em processo inicial de auto-reconhecimento, mas não conseguimos localizá-lo através da bibliografia nem obter informações mais específicas sobre o mesmo.

Definidas as comunidades que seriam objeto da pesquisa empírica, e situados no espaço e tempo os elementos envolvidos na análise, passamos aos demais procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica:

Leituras sobre segregação espacial, território, territórios étnicos, quilombos. Retomada da história do negro no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, para contextualizar o surgimento das comunidades quilombolas e a construção do que hoje são seus territórios de sociabilidade e vivência. Dinâmicas urbanas e transformações da espacialidade urbana, com ênfase na cidade de Porto Alegre.

- Métodos quantitativos:

Levantamento e análise de dados sócio-econômicos; oferta de imóveis para venda; e preço dos imóveis ofertados. Os dados sócio-econômicos utilizados foram obtidos no Observatório de Porto Alegre, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na Fundação de Economia e Estatística (FEE) e no levantamento executado pelo Laboratório de Observação Social do IFCH/Fundação de Assistência Social e Cidadania (LABORS/FASC). A oferta e o preço dos imóveis para venda foram extraídos dos anúncios classificados do Jornal Zero Hora dos dias 24 e 31 de agosto e 7 e 14 de setembro de 2008, como forma de ilustrar a valorização imobiliária dos bairros que fazem parte da pesquisa.

Foi feito ainda um levantamento das remoções de famílias e de vilas irregulares junto ao Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB). Foram encontradas dificuldades para acessar as informações que inicialmente tínhamos como necessárias para nossa análise, não conseguindo acesso direto aos dados primários, apenas tabela com os mesmos já sistematizados por período. Utilizamos parte dessas informações no trabalho.

- Métodos qualitativos:

Participamos de reuniões e seminários que tratavam sobre a questão quilombola, suas dificuldades e avanços no período pós Constituição Federal de 1988, para obtermos maior conhecimento sobre o tema estudado e interagirmos nos aspectos institucionais envolvidos nos processos de reconhecimento dos territórios.

Foram realizadas entrevistas com as lideranças comunitárias das comunidades quilombolas do Areal e da Família Silva⁵, buscando apreender através da memória aspectos relevantes da territorialidade incorporada pelas coletividades, e as relações com o espaço vivido nas diferentes etapas do processo de auto-reconhecimento. Tivemos a preocupação de identificar os diversos conflitos vivenciados pelos atores sociais a partir da percepção dos membros das comunidades estudadas, em especial aqueles ligados a identidade negra, como discriminação racial e invisibilidade social.

Efetuamos análise dos laudos sócio-antropológicos das comunidades estudadas, para identificar os processos de construção de sua territorialidade, processos de expulsão, resistência e segregação espacial pelos quais passam os quilombolas desde a apropriação do território até os dias atuais.

⁵ Optou-se por entrevistar somente as lideranças comunitárias, pois em contato preliminar com as comunidades observamos certa resistência à realização de entrevistas, devido ao constante assédio

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil não há a tradição de estudos sobre segregação espacial étnico-raciais⁶, com a maioria dos trabalhos considerando apenas segregação em virtude de características socioeconômicas.

Consideramos para este trabalho segregação espacial como um fator negativo, quando grupos populacionais, por características étnicas e/ou socioeconômicas são isolados ou colocados à margem dos benefícios e equipamentos urbanos, em áreas distantes das centralidades e com pouca capacidade de mobilidade no espaço, Marcuse (2004:24) conceitua segregação da seguinte forma:

Segregação (segregation) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e de manutenção de um gueto.

Num contraponto ao termo segregação, ou ainda retomando nossa idéia de resistência negra e construção histórica de um território, temos, também de Marcuse, o conceito de congregar ou congregação:

Congregar (congregating) é a reunião voluntária de um grupo populacional para fins de auto-proteção e desenvolvimento de seus próprios interesses sem o recurso à dominação ou à exclusão. É o processo de formação de um enclave. (*idem*).

Para Correa, os processos e as formas espaciais estão relacionadas à existência e a reprodução dos diferentes grupos sociais urbanos, usando o conceito de segregação residencial:

Em resumo, a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades

de pesquisadores acadêmicos e de instituições públicas junto das comunidades quilombolas e o pouco retorno que recebem a partir dos trabalhos desenvolvidos.

⁶ Algumas exceções em Prêteceille (2004): “A construção social da segregação urbana: convergências e divergências”. Nas teses de Carril (2006) e de Campos (2006) o tema é tratado para as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro respectivamente.

territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. (CORREA, 1989:65-66).

Outro conceito que adotamos como pertinente ao tema ora tratado é territorialidade, que usamos quando investigamos o pertencimento da comunidade quilombola ao território ocupado e a conseqüente resistência do grupo para garantir sua permanência no local que delimitaram como território de moradia. Utilizamos de Sack para a compreensão deste conceito:

territorialidade será definida como as tentativas por um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e afirmando controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território. (SACK *apud* ANJOS & RUCKERT, 2006:20).

Ou um conceito mais específico para o estudo ora realizado - território étnico:

A concepção de território étnico envolve duas perspectivas importantes, porém inseparáveis empiricamente. Uma de ordem cultural perpassada pela tradição e outra de ordem política através da organização comunitária, do processo político de mobilização e adequação cultural. O território étnico é uma forma de delimitar um espaço real e imaginário de símbolos e sinais diacríticos compartilhados grupalmente. (FONTELES, 2008:4)

Quanto à definição de quilombo, encontramos diversas referências, embora a atual semantização do conceito esteja ligada às recentes lutas incorporadas pelo Movimento Negro pelo reconhecimento das dívidas históricas, dentre as quais o acesso à propriedade da terra. Uma das definições mais antiga para quilombo é a do Conselho Ultramarino de 1741: “Toda a habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte despovoada ainda que não tenha ranchos levantados nem nela se achem pilões” (CARRIL, 2006:52).

Esta definição, como podemos observar, não satisfaz os anseios políticos da luta pelo reconhecimento dos territórios de remanescentes quilombolas, incorporados pelo Movimento Negro como salientamos anteriormente. Podemos dizer que houve uma ressemantização do conceito de acordo com o momento histórico, mas que, contudo, mantém viva a idéia de territorialidade baseada nos valores comunitários herdados dos escravos fugidos, e que incorporava, também, as técnicas e a cosmologia originárias das comunidades africanas. Assim, nas definições encontradas na bibliografia, identificamos os indícios de que sobrevivem,

nas diversas acepções de quilombo, os elementos de que falamos, que são constitutivos, sobretudo, das táticas de resistência do negro à dominação. Para Freitas citado por Maestri (1979:85-86), Quilombo:

(...) era algo mais que uma simples tática de luta: era uma sociedade econômica, social e política organizada, à margem da sociedade escravista. Exercia domínio sobre um determinado território e possuía uma economia bastante complexa – policultura, artesanato, trocas comerciais, etc.

Em Carvalho e Weimer (2004), encontramos as referências dos trabalhos nos quais o quilombo já aparece não apenas como local de escravos fugidos ou rebelados:

(...) os quilombos nem sempre foram construídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, através de práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (O'DWYER *apud* CARVALHO e WEIMER, 2004:16)

A partir da Lei de Terras de 1850, os negros foram sistematicamente expulsos e removidos dos lugares que escolheram para viver. Desta forma, o ato de apropriação do espaço para viver se tornou para essas populações um ato de luta, de guerra contra todo o tipo de racismo, arbitrariedade e violência que a cor de sua pele enseja. Nesse sentido, a noção de quilombo aparece como forma de organização dessa luta, desse espaço conquistado e mantido através das gerações. O quilombo passa a significar para essas coletividades um direito a ser reconhecido e não necessariamente um passado a ser lembrado. (LEITE *apud* CARVALHO e WEIMER, 2004:16)

Situando no atual momento histórico o conceito de remanescentes de quilombos, trazemos para este referencial teórico o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que reflete de forma autêntica os anseios das comunidades e é fruto da mobilização dos movimentos negros ocorrida nas últimas décadas:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para fins desse Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

É importante a questão da autodefinição pela própria comunidade, conforme citado no artigo acima, na análise das formas de resistência das comunidades que trataremos neste trabalho. A lei representa, dessa forma, uma ferramenta indispensável à defesa dos territórios reivindicados. A apropriação do conceito de remanescentes de quilombos pelas comunidades é uma estratégia de luta que não pode passar despercebida. Essa definição representa, pois, a categoria conceitual sobre a qual desenvolvemos nossa análise.

4 ÁREA DE ESTUDO

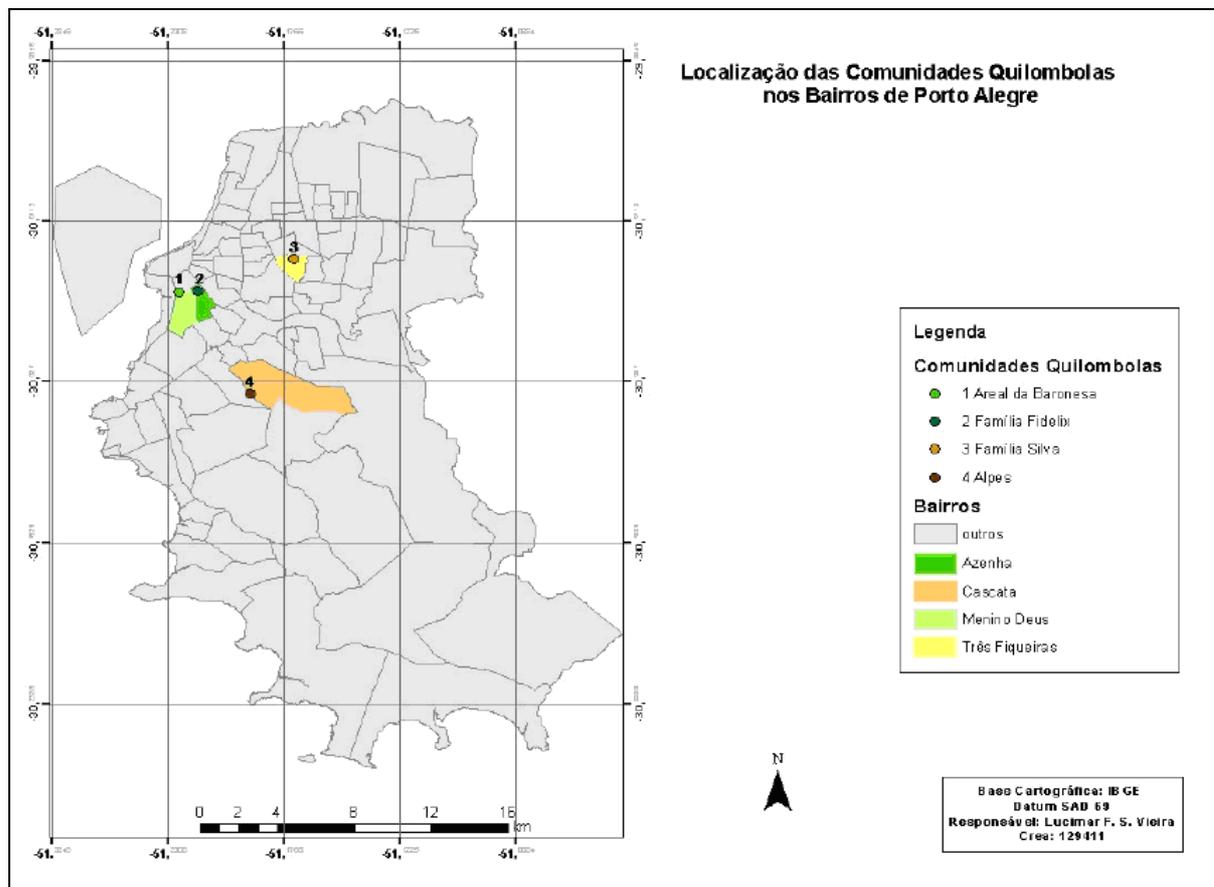


Figura 1 Localização das Comunidades Quilombolas nos Bairros de Porto Alegre
Mapa elaborado por Lucimar F. S. Vieira. (GEHLEN *et al*, 2008).

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, situada no Paralelo 30° sul, com 30 km longitudinais e 15 km de largura no sentido leste-oeste e circundada por morros. Possui espaços de planícies e é limitada pela orla fluvial do lago Guaíba. Sua área total é de 476,30 km², com uma população de 1.420.667 (estimativa de 2007/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)).

No município existem quatro comunidades quilombolas (ver nota 3): Areal da Baronesa, Família Fidelix, Família Silva e Alpes (Figura 1), todas auto-reconhecidas como quilombolas, mas em etapas distintas no processo de titulação das terras em que habitam. Nesta pesquisa daremos ênfase aos quilombos urbanos da Família Silva, localizado na rua João Caetano, no bairro Três Figueiras, e do Areal, localizado na avenida Luís Guaranha, junto à rua Baronesa do Gravataí, bairro Menino Deus.

Nosso estudo comporta uma análise relacional do território dos quilombos urbanos e seu entorno, motivo pelo qual detalharemos melhor os bairros Menino

Deus e Três Figueiras, onde se situam respectivamente os quilombos do Areal e da Família Silva.

O bairro Menino Deus teve sua origem no arraial de mesmo nome, o mais antigo da cidade, que surgiu a partir das terras pertencentes a Sebastião Francisco Chaves, na Estância São José. Na segunda metade do século XIX recebeu linhas de transporte coletivo (bondes). Por essa época já estava loteado em chácaras que abrigavam famílias abastadas de Porto Alegre⁷, fragmentando-se posteriormente em lotes menores, mais adequados a reprodução do capital imobiliário. Passou ainda por várias intervenções que foram revalorizando o bairro no decorrer dos anos:

Nos anos de 1940, o bairro sofreu sua primeira grande modificação física e urbana, em decorrência da canalização do Arroio Dilúvio, que produzia graves enchentes. A realização do aterro (onde hoje se situa o Parque Marinha do Brasil), no final dos anos 50 e início dos anos 60, possibilitou o prolongamento da Av. Borges de Medeiros que, por sua vez, providenciou melhor acesso e conseqüente expansão do bairro. A canalização nos anos 70 do Arroio Cascata, que formava sérios alagamentos à região, foi outro fator de valorização do bairro. Uma nova configuração aconteceu com o “Projeto Renascença”, que abriu a Av. Érico Veríssimo e criou o Centro Municipal de Cultura, na área onde antigamente situava-se a Vila conhecida como “Ilhota”.⁸

A população do bairro em 2000 era de 30.717 habitantes, com uma área de 2,31 km² e uma densidade populacional de 13.297hab/km². O rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 15,8 salários mínimos e a taxa de analfabetismo é de 0,9%.(Fonte: Observatório da Cidade de Porto Alegre (Observa POA)).

O bairro Três Figueiras, de urbanização bem mais recente, era uma área de chácaras até a década de 1950, começando então a ser fragmentado em lotes urbanos⁹. Em 1962, o Colégio Farroupilha inaugurou sua nova sede no bairro e em 1967, foi a vez do Colégio Anchieta. Sua urbanização tornou-se mais intensa na década de 1980, a partir da construção do Shopping Iguatemi no bairro vizinho.

⁷ Como a chacara da Baronesa do Gravataí, que é significativa para nosso estudo, por ser o lugar que abriga o Quilombo do Areal e toda sua história.

⁸História do bairro Menino Deus, disponível em:

http://www.observapoa.palegre.com.br/default.php?p_bairro=139&hist=1&p_sistema=S, acesso em 09/11/2008.

⁹Conforme levantamento preliminar que fizemos junto aos arquivos da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), encontramos nos processos de solicitação de autorização para a realização dos loteamentos no bairro Três Figueiras, referências à existência prévia de ocupações irregulares nas chácaras que se pretendia lotear.

A população do bairro em 2000 era de 3.657 habitantes, com uma área de 1,34 km² e uma densidade populacional de 2.729hab/km². O rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 38,4 salários mínimos e a taxa de analfabetismo é de 0,9%.(Fonte: Observa POA).

O bairro Menino Deus caracteriza-se como uma área de classe média e classe média alta. O bairro Três Figueiras constitui-se de habitações de classe média alta e classe alta.

5 DA ESCRAVIDÃO À ABOLIÇÃO – UM POUCO DA HISTÓRIA

Teceremos breve relato da história da escravidão do Brasil e do Rio Grande do Sul, baseados na obra de Maestri (2006), para contextualizar os quilombos e os quilombolas porto-alegrenses, seus movimentos de segregação espacial e resistência.

O Brasil foi uma das primeiras colônias americanas a conhecer o escravismo colonial, em 1532, e a última a aboli-lo, em 1888. Também foi a que mais importou africanos escravizados, que eram mão-de-obra servil empregada em todas as atividades produtivas e domésticas, rurais e urbanas.

No Brasil meridional, onde se formava o território atual do Rio Grande do Sul, o cativo africano e afro-descendente começa a ser utilizado como trabalhador escravizado, principalmente a partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento pelos lusitanos, no extremo sul do atual Uruguai. Além do uso do escravo na economia regional, também objetivava-se a venda de cativos para as colônias espanholas.

Com a descoberta de ouro nas Minas Gerais os campos sulinos passaram a ser valorizados pelos portugueses, já que poderiam fornecer carne, da criação de gado *vacum*, para alimentar os mineradores e animais de carga para transporte.

Os açorianos que vieram para povoar a região das Missões não puderam ir até lá, por causa da guerra guaraníca que ocorria (1753-56). Então estabeleceram povoados, principalmente ao longo da margem esquerda do rio Jacuí: Bojuru, Gravataí, Mostardas, Porto Alegre, Santo Amaro, Taquari, Torres e Triunfo. Viviam do pequeno comércio e da plantação de gêneros de subsistência e trigo. Empenhavam para tanto, no início, o trabalho familiar e assim que podiam adquiriam alguns escravos para reforçar as plantações.

Maestri (2006:48) fala do povoamento em Porto Alegre e do uso da mão-de-obra escravizada:

Em 1752, o estabelecimento de uma povoação por ilhotas nas margens do arroio Dilúvio marcou o início da futura vila de Porto Alegre. Nos primeiros cinquenta anos, a aglomeração viveu em boa parte da plantação e exportação do trigo, produzido em parte com o braço escravizado.

A partir de 1776, com a retomada de Rio Grande pelos portugueses e a liberação da saída pelo mar, estabeleceram-se diversas charqueadas na região, intensificando o uso do trabalho escravo na produção charqueadora-pastoril.

Os imigrantes alemães e italianos que chegavam ao Rio Grande do Sul, no século XIX, tinham acesso à terra e, portanto, não atendiam a demanda por mão-de-obra assalariada, fazendo com que:

o trabalhador escravizado continuasse desempenhando importante papel na economia sulina até 1884-85, quando, através das alforrias com cláusulas de prestação gratuita de serviço em geral por sete anos, os escravistas tentaram prolongar por alguns anos a exploração servil. (*op.cit.*:51)

6 DA HISTÓRIA AOS PROCESSOS DE INVISIBILIDADE SOCIAL

Existe toda uma mística, construída por uma História tradicional, de que no Rio Grande do Sul a escravidão se deu de forma diferente do resto do Brasil, com menor violência contra os cativos e o término antecipado da mesma, graças a benevolência dos senhores de escravos. Contudo temos visto alguns autores retomando este tema de forma mais crítica¹⁰, que não há no estado diferenças significativas na questão escravocrata em relação ao Brasil como um todo. Mário Maestri (1979:67), fala do mito da “província branca” e do “bom senhor”, ao citar Laytano:

Embora os africanos escravizados, ou os seus descendentes, tenham desempenhado um papel determinante na história do Rio Grande do Sul, de modo geral, podemos ainda hoje afirmar que “os nossos cronistas, os historiadores de compêndios oficiais e toda literatura gaúcha não se ocuparam do negro senão acidental, ligeira e negligentemente”.

Em 2006, Maestri ainda reconhece a pouca importância dada pela historiografia à contribuição do trabalhador negro escravizado para a constituição do Rio Grande do Sul: “região ainda tida habitualmente como produto quase exclusivo do trabalho livre.”, mas demonstra as ocasiões em que o negro vencida a invisibilidade social a que estava sujeito, durante a escravidão, através da rebeldia:

Porém, se a escravidão alienava o homem, o ato de rebeldia emancipava o escravo. Rebelde, revoltoso ou fujão, vamos encontrar novamente o afro-brasileiro nos jornais da época, nas crônicas e ofícios policiais e judiciais. Mas neste não são mais números ou valores. Criminosos ou delinquentes, são agora dignos do direito a um nome, a uma descrição, a um “status social” (*op.cit.*:79).

Sobre a História da forma de organização das comunidades negras: os quilombos do tempo da escravidão, ou os quilombos como modo de vida dos negros

¹⁰ Ver também Leite (1995). Segundo artigo de Fonteneles (2008) no Ceará a situação é bem semelhante ao Rio Grande do Sul referente a invisibilidade negra e ao resgate crítico do papel do negro na história daquele estado, sendo que o reconhecimento de direitos dos quilombolas foi importante impulsionador dessas discussões.

libertos, em terras gaúchas, Maestri (1979:89) nos traz perguntas que infelizmente não estão respondidas a contento:

Mas, quantos foram eles? Como foram destruídos, quais suas principais características? Tristemente estas, como muitas outras perguntas, estão ainda sem respostas. Seria redundância falar mais uma vez da negligência da nossa historiografia tradicional no estudo do escravismo. O real é que o pouco que se escreveu sobre a resistência do escravo no sul está disperso, atomizado, esquecido, assumindo assim um caráter “ahistórico”, quase folclórico.

A invisibilidade social do negro através da história, pode ser vista hoje, nas tentativas de reconhecimento de seus territórios, a partir das dificuldades encontradas pelos pesquisadores e pelas comunidades no levantamento de dados e informações referentes aos antepassados, seus modos de vida, as terras que ocupavam e as que foram usurpadas no decorrer dos anos, para a efetivação da titulação dos territórios quilombolas. E mais, além do reconhecimento de territórios, há a necessidade do conhecimento do que é ser negro com a reconstrução da identidade de indivíduos e de grupos:

E os negros? Os negros são os negros, identidade expropriada de nacionalidades anteriores, portanto excluída da ordem da cidadania plena. Esta questão me parece crucial no que tange ao acesso à terra. (LEITE, 1995).

Após a abolição a invisibilidade do negro e de sua cultura ainda é fato, sendo apenas abandonada nas notícias policiais e nos pedidos de saneamento social dos jornais do fim do século XIX e início do século XX. Em Porto Alegre, a situação não diferenciava do resto do Brasil:

Ao contrário, a estreita proximidade entre o que, na opinião dos jornalistas, havia de melhor e de pior na cidade só corroborava a opinião de que o Centro deveria ser a primeira área a ser saneada. Já o Areal da Baronesa e a Colônia Africana, além de serem pobres, eram estigmatizados por serem bairros predominantemente habitados por negros, o que os tornava potencialmente mais perigosos aos olhos dos jornalistas. (MAUCH, 1994)

Podemos verificar uma invisibilidade invertida, quando a condição étnica aparece somente na crônica policial e no objeto da repressão do Estado. Essa herança histórica pode ainda ser facilmente percebida nos dias de hoje, como

processos de discriminação racial mais ou menos sutis no cotidiano das comunidades negras. Podemos perceber isso nas entrevistas que estabelecemos com membros do quilombo da Família Silva, D. Lígia e Sr. Lorivaldino, quando apareceram relatos sobre esta questão, ao serem indagados sobre como era freqüentar as ruas do bairro e a praça que existe próxima ao local:

Agora, depois do reconhecimento do Quilombo está um pouco diferente, antes os brigadianos¹¹ viviam dando atraque nos guris, uma vez chegaram na praça e começaram a agredir meu sobrinho, que estava brincando com os outros, minha irmã foi avisada e correu para lá, perguntou por que estavam batendo nele, que ele era uma criança, pois tinha apenas 10 anos, apesar de ser grande, e o brigadiano respondeu: “são tudo uns ladrões e agora vêm com esse papo de criança” e como ela insistiu e tentou proteger o filho acabou apanhando também. (D. Lígia da Silva).

Eu, uma vez, comprei uma bicicleta para minha filha, lá no Carrefour e tava com defeito, peguei a bicicleta e fui trocar, a Brigada me parou e perguntou aonde tinha roubado aquela bicicleta, mostrei para eles que era minha, que tinha comprado. (Lorivaldino da Silva)

Cansei de ser parado na rua e de ser mandado encostar na parede, trabalho de jardineiro e ando por aí com minhas ferramentas, agora quando a Brigada me pára e manda encostar na parede vou dizendo pra eles: Não vou encostar, não, vocês me conhecem, sabem que eu não sou ladrão, isso depois do Quilombo. (Lorivaldino da Silva).

A atuação da Brigada Militar dentro da área da comunidade também era constante, chegavam arrombando as portas e invadindo as casas, cada vez que alguma coisa era roubada nos arredores. Agora não podem entrar mais, depois que o local foi transformado em área federal e foram colocadas placas pelo Governo Federal nas duas entradas, conforme Figura 2.



Figura 2 Reconhecimento da área do Quilombo da Família Silva pelo Governo Federal. Registro fotográfico feito pela autora.

Dona Gessi, do Quilombo do Areal, “naturaliza” as investidas da Brigada Militar dentro da comunidade. As relações deles com a polícia militar é diferenciada, afinal sempre tiveram relação de vizinhança, já que uma das mais antigas construções do bairro, quase ao lado do quilombo, é justamente um quartel da Brigada Militar, e até mesmo moradores da comunidade já fizeram parte da corporação. Quando perguntada como eram e se haviam incursões da polícia, procurou dissipar qualquer idéia de que ocorram abusos, reforçando o discurso da boa vizinhança:

Ah, isso sim. Tem, isso. Claro, eles estão fazendo o trabalho deles, a polícia. Tem droga? Tem... tem que vir, tem que tentar parar, acabar com isso. Mas só que eles já vem com o número, direitinho, pra entrar na casa, não envolve quem não tem nada a ver e tal...

Podemos observar, de forma mais clara, no discurso dos membros da Família Silva o início da supressão da invisibilidade social negra após o auto-reconhecimento como remanescentes quilombolas, tanto por parte da comunidade como das instituições que lidam com as mesmas no dia a dia.

¹¹ Forma popular de designar os soldados da Brigada Militar, ou seja, da polícia militar do Rio Grande do Sul.

7 OS NEGROS EM PORTO ALEGRE, OS PROCESSOS HIGIENIZADORES E A SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Em Porto Alegre, o pós-abolição não foi muito diferente do que ocorria pelo Brasil, os negros foram libertos do cativeiro físico, mas não do social, pois a situação deles após o fim da escravidão não ficou muito diferente do que era antes. Sem condições mínimas de sobrevivência foram abandonados a própria sorte, e se instalaram, como puderam, pelo Campo do Bom Fim (hoje Parque Farroupilha e adjacências), no local conhecido como Colônia Africana (o atual bairro Rio Branco), e no Areal da Baronesa (bairros Cidade Baixa, Menino Deus e Praia de Belas), sendo que estes locais na ocasião ficavam fora dos limites da cidade, que na época restringia-se praticamente ao que hoje é o Centro, e serviam de esconderijo e moradia para os negros fugidos da escravidão. Mas no núcleo central de Porto Alegre, em becos e cortiços, também espalhavam-se os pobres da cidade, e entre eles os negros livres, pois no entorno existiam as únicas oportunidades de trabalho e de se arrumar alguma coisa para a sobrevivência como, por exemplo, o Mercado Público e o porto.

No ano de 1881, em Porto Alegre, segundo Rigatti (1991:210), já podemos observar dinâmicas de realocação dos pobres da cidade através de processos higienizadores que eliminaram becos e cortiços, fazendo com que esses desaparecessem da cartografia da cidade da época.

Vargas (1994:34), no artigo em que analisa o jornal “O Independente” e o discurso do mesmo no início do século XX, vê nesse discurso o início de transformações na Capital que promoveriam a segregação espacial e social de seus habitantes. A imprensa reivindica a intervenção do poder público em certas áreas da cidade, afim de moralizá-las e colocar ordem no caos social que via na coabitação da elite e de segmentos sociais desclassificados no mesmo espaço: “(...) o convívio com essa heterogeneidade social e cultural parecia insuportável para aqueles que tinham uma visão excludente do que deveria ser uma cidade civilizada”.

Pesavento (1994:138), também, observa de forma muito clara essas transformações urbanas pelas quais passava Porto Alegre, no fim do século XIX e início do século XX:

A cidade se configurava como fonte de lucro. Por outro lado, numa cidade que pretendia assumir contornos modernos e urbanizar-se, a presença de cortiços superlotados, pouco higiênicos e promíscuos ou de becos suspeitos e perigosos denotava uma realidade que era preciso acabar. Na verdade, um problema se configurava para a burguesia emergente: o do assentamento da população pobre e a sua transformação em classe trabalhadora. Impunha-se, portanto, uma atividade de disciplinarização da vida e da urbe. Na divisão do espaço que obedecia à assimetria social, os subalternos deveriam ser varridos da área central, levados aos subúrbios, aos arrabaldes, às novas áreas que eram loteadas.

A dinâmica da expansão urbana nos grandes centros, como Porto Alegre, transformam, de forma contínua, áreas que antes eram desvalorizadas em novas centralidades, pressionando os pobres a saírem e ocuparem outros espaços que sejam menos interessantes. As comunidades quilombolas também passam por processo semelhante. Quando encravadas em áreas revalorizadas sofrem grande pressão para que as famílias residentes, geralmente pobres, se realizem, abandonando estes territórios construídos historicamente, deslocando-se para periferias distantes, áreas desimportantes economicamente, com menor acesso a bens e serviços e menor mobilidade espacial. O que vemos, então, nesse momento, são novos processos de segregação espacial.

Como contraponto à desterritorialização das comunidades pobres de Porto Alegre pelo poder público, através de práticas de remoções e reassentamentos, temos a resistência e a constituição de territórios étnicos pelos afro-brasileiros que são marcados por redes de solidariedade, sociabilidade e preservação da cultura e das tradições religiosas. Dessa maneira resistem à ordem modernizadora da cidade que constantemente produz novas desterritorializações em direção às “novas” periferias.

O auto-reconhecimento quilombola e a reivindicação do direito à permanência em seus territórios está relacionada à vivência através do tempo e à memória coletiva dessas comunidades, já que o pertencimento aos lugares, e a partir daí a construção de um território, está ligado ao passado e a memória. Cosgrove (1999:23), numa abordagem segundo a geografia cultural, entende que “a memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos”, destacando a importância “das relações sociais da memória” que constituem “a memória das relações sociais”, na construção da identidade coletiva e individual vinculada ao lugar.

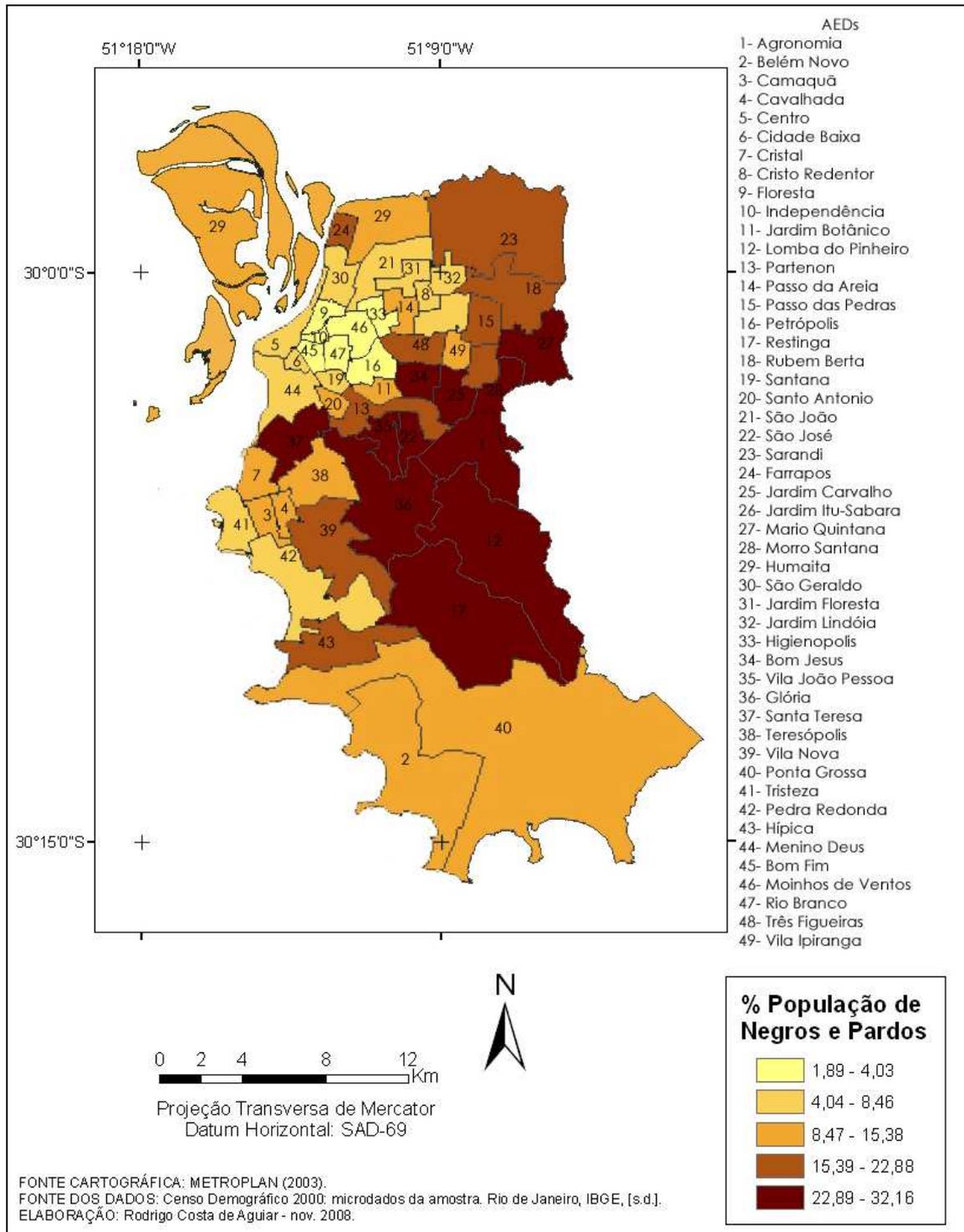


Figura 3 Distribuição da População Negra¹² por Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AED's)¹³, em Porto Alegre – 2000.

Observação: Mapa modificado pela autora.

¹² O IBGE utiliza a denominação pretos e pardos.

¹³ As AED's nem sempre correspondem a um único bairro oficial da cidade, como é o caso da AED Menino Deus que agrupa os bairros: Menino Deus, Azenha e Praia de Belas e da AED Três Figueiras que agrupa os bairros: Três Figueiras, Vila Jardim e Chácara das Pedras. Veja também listagem em anexo.

A segregação étnico-racial pode ser observada através do mapa, da Figura 3, com grande concentração da população negra e parda nas periferias nordeste, leste e sul¹⁴ da cidade. A região central e os bairros mais valorizados economicamente são os que concentram menor população negra e parda.

Buscamos apresentar dados de distribuição da população por características étnico-raciais para demonstrar a segregação socioespacial que ocorre na cidade com base nessas características, sobretudo nos bairros onde situam-se os quilombos estudados. No entanto, ao verificar os dados da amostra do Censo 2000 do IBGE (FEE, 2006) verificamos que são muito diferentes da realidade observada em campo para o Bairro Três Figueiras. Há muitas implicações na metodologia de coleta e tratamento dos dados que, ao nosso ver, distorcem a realidade que gostaríamos de apresentar. Além da agregação de outros bairros com características diferentes para completar a amostra, também é sabido da dificuldade em contatar ou acessar justamente as residências onde residem as famílias de melhor poder aquisitivo.

O bairro Menino Deus mesmo estando agregado aos bairros Azenha e Praia de Belas (pela metodologia do levantamento realizado), que também são bairros centrais e de padrão semelhante ao primeiro, demonstra pequeno percentual de população negra e parda (8,34%). Este bairro nasceu do primeiro arraial do município e é de ocupação tão antiga quanto Azenha e Praia de Belas. Pela lógica de ocupação dos espaços, há muito as populações não-brancas foram impelidas a deixar aquela região e ocupar áreas de periferia. Embora não se possa dizer serem bairros de alto padrão como o Três Figueiras, a região tem alta densidade demográfica e é ocupada por populações médias.

O bairro Três Figueiras apresenta 20,83% da população negra ou parda, mas temos que salientar aqui que este encontra-se agregado, no levantamento dos dados, com o bairro Chácara das Pedras e também com o bairro Vila Jardim, de classe média baixa, com algumas aglomerações irregulares no seu interior. Inclusive este último já serviu de destino das remoções de núcleos irregulares de outras partes da cidade. Vale novamente lembrar que o processo de urbanização da cidade ocorreu a partir do centro, e que historicamente as populações mais pobres, e

¹⁴ As AEDs do extremo sul do Município têm uma configuração mais rural, com chácaras e sítios e pouco urbanizada. Os dados do IBGE utilizados são do ano 2000, sendo que após este ano houve

consequentemente dentre os quais o maior número de pessoas não-brancas, eram sistematicamente empurradas para a periferia da cidade, áreas em geral desvalorizadas economicamente e sem atrativos. O bairro Três Figueiras faz parte de uma zona de urbanização mais recente¹⁵, que a partir de um determinado momento passou a ser percebido como interessante do ponto de vista imobiliário, tornando-se hoje um local de residências de alto padrão.

Essa dinâmica de transformação da morfologia urbana, socialmente orientada, se alterna em períodos históricos distintos, deixando rugosidades no espaço (SANTOS, 1996) que podem ser percebidas nos dados acima, referentes a AED Três Figueiras: por se situar a uma distância considerada do Centro, já foi habitado por populações de baixa renda, e ainda foi local de pequenas propriedades rurais, chácaras. Os assentamentos de baixa renda são justamente as áreas de maior densidade demográfica, bem como onde residem a maior parte da população não branca, situados nas áreas adjacentes ao bairro Três Figueiras, enquanto as chácaras deram lugar aos loteamentos de alto padrão. Daí o alto índice de negros e pardos, se comparado a AED Menino Deus.

assentamento de populações de outras áreas nestas AEDs, como por exemplo, o Loteamento Chapéu do Sol na AED Belém Novo.

8 A AÇÃO DO PODER PÚBLICO INTERFERINDO NA NECESSIDADE DE MORAR DAS CAMADAS POPULARES DE PORTO ALEGRE

O poder público interfere diretamente sobre a dinâmica de ocupação do solo urbano. Dentre as intervenções efetuadas pelo mesmo, temos a remoção de populações que ocupam áreas de forma irregular, ou ainda, realocação de famílias que anteriormente foram assentadas em determinada área que por algum motivo passam a ser requisitadas para outros fins.

TABELA 1 - Remoções e reassentamentos realizados de 1980 a 1999 em Porto Alegre

ANO	Nº.FAMÍLIAS REMOVIDAS
1980	1440
1982	489
1984	673
1985	537
1987	1744
1988	273
1989	20
1990	161
1991	145
1992	272
1993	76
1994	437
1995	851
1996	111
1998	736
1999	625

Fonte: DEMHAB

Notamos, a partir da TABELA 1, que a dinâmica de realocamentos de moradias populares na cidade é constante, e que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) tem importante papel na determinação das desocupações e no destino que serão dados a estas famílias. Não obtivemos os dados sistematizados para outros anos, mas pudemos observar no trabalho de Moraes (2008) que

¹⁵ Na entrevista no Quilombo dos Silva, são relatados os vazios urbanos e área de campo e mato que existiam quando da chegada dos avós da comunidade.

remoções e reassentamentos são comuns durante todo o século XX, com intensificação a partir da segunda metade deste. Podemos notar movimentações diferentes do poder público municipal, através do DEMHAB, quanto às vilas e ocupações irregulares de Porto Alegre.

Em algumas áreas, principalmente nas mais afastadas do centro da cidade ou em locais impróprios para construção de moradias, como áreas alagáveis ou encostas de morros, a PMPA executa o processo de regularização fundiária, com o tratamento urbanístico dos locais. São realizadas abertura e asfaltamento de ruas, instalação de água encanada e energia elétrica, melhoria das habitações e remoções internas de famílias, retirando somente as habitações que estão nos lugares mais insalubres. Movimentações como essas ocorreram nos bairros Partenon, Restinga, Lomba do Pinheiro, Humaitá e no conjunto de vilas da Chácara da Fumaça, no bairro Mário Quintana.

Em outras ocasiões vemos remoções das famílias para outros locais, distantes dos originais e mais afastados das áreas centrais, com o intuito de dar outras destinações à área ocupada, como nos exemplos a seguir:

Na década de 1950, foram removidos os casebres e as famílias instaladas na vila Caiu-do-Céu (ou Vila Caída-do-Céu ou ainda Vila Graças-a-Deus), para a construção do Estádio Olímpico, do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. A área foi então melhorada, inclusive com a canalização do arroio Cascatinha e depois entregue ao clube esportivo. A PMPA, também, vendeu vários lotes do entorno para a classe média, com farta propaganda de que a área estava valorizando. As famílias que habitavam essa área foram reassentadas no Partenon e no Passo das Pedras, entre outras áreas da periferia.

No bairro Cristal, para a construção do BarraShoppingSul, as remoções vêm sendo executadas desde o ano de 1997, devendo encerrar em 2008 com a remoção total das sub-habitações existentes e a conclusão do empreendimento. O processo de remoção atinge as vilas Cai-Cai; Sanga da Morte; e Campos do Cristal, sendo que as famílias estão sendo reassentadas nas localidades Campo Novo e Chapéu do Sol, bem mais distantes da área central.

Em outros lugares, mesmo a ocupação estando junto à área central ou em local em que o solo tinha seu preço valorizado, foram mantidas as famílias no mesmo lugar, com a regularização fundiária dos lotes e construção de apartamentos e sobrados, que apesar de normalmente pequenos, são de melhor qualidade do que

os casebres anteriormente habitados, como por exemplo a Vila Planetário, a Vila das Placas ou Conjunto Residencial dos Anjos, a Vila Lupicínio Rodrigues e o Assentamento Princesa Isabel¹⁶.

Os pais de Dona Gessi, informante na entrevista no Quilombo do Areal, e alguns de seus irmãos tiveram de forma repetida esta experiência de remoção. Dona Gessi, fala que seus pais moravam na rua Miguel Teixeira, onde hoje fica o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e que foram removidos para a vila Dona Teodora, sendo depois removidos da vila Dona Teodora para a vila Restinga. Dona Gessi veio da Restinga para morar na Av. Luiz Guaranha.

Encontramos referência a remoção e reassentamento de famílias da nossa área de estudo, a partir da obra de Moraes (2008), nos seguintes casos:

Bairro Menino Deus:

- Em 1951, é publicado nos anais da Câmara Municipal a remoção de famílias de várias ocupações irregulares, dentre elas malocas de vilas localizadas no bairro Menino Deus, tais como Ilhota e Vila dos Eucaliptos.
- Em 1953 começa a surgir a vila Mato Sampaio, em junho de 1955, nos Anais da Câmara Municipal consta a preocupação dos vereadores com o crescimento dessa vila a partir da remoção de malocas das vilas DTO, Eucaliptos, Ilhota, vila Seca, Dona Teodora, Santa Luzia, etc.
- Em 1960, há remoções de casebres da Ilhota, localizados próximos a praça Garibaldi, para a Vila Dona Teodora.
- Em 1962 acontece a remoção da vila Telefônica que estava localizada na rua Múcio Teixeira, no local que seria esquina com a Av. Ganzo que viria a ser aberta posteriormente, para a vila Santa Luzia.
- Em 1964, a implantação do loteamento vila MAPA representava a promessa de um loteamento urbanizado e pronto para receber as famílias de várias partes da cidade que viviam em habitações irregulares. A partir deste ano ocorreram várias remoções de famílias para a vila MAPA, das localidades Ilhota, Doca das Frutas e Av. Ipiranga. Posteriormente, em 1967 houve

¹⁶ Como podemos perceber no detalhado e exaustivo levantamento feito por Aldovan Moraes (2008) de vilas irregulares e assentamentos urbanos, a manutenção das famílias nas áreas ocupadas, com a construção de moradias populares, prevaleceu no período da Administração Popular em Porto Alegre, de 1988 até 2004, embora em alguns casos tenha havido remoções para áreas periféricas também.

remoções da Ilhota para MAPA e Restinga Velha. Em 1973, aparecem notícias de que um vereador da Câmara Municipal quer a remoção das famílias da vila MAPA para outro local devido a precariedade que ainda se encontra este loteamento, mas as famílias não querem sair, exigem a melhoria do local.

- Em 1981, surgiu a Vila Lupicínio Rodrigues, nas imediações do local onde anteriormente existiu a Ilhota, cujos habitantes na maior parte foram removidos para o loteamento vila Restinga Velha. Há registros de ocupação anterior da área, através de levantamento ortofotográfico, do ano de 1973, onde aparecem domicílios neste local, sendo que provavelmente houve a desocupação da área entre o período de 1973 a 1981, e neste último ano o local voltou a ser invadido. Em 1999, através do Programa de Regularização Fundiária (PRF) os habitantes do local obtiveram o direito de permanecer ali com a melhoria da infra-estrutura e construção de novas moradias, sendo que foram alojados provisoriamente em barracões de madeira enquanto eram construídos as novas unidades residenciais (sobrados).
- Em maio de 1994 foram entregues 34 casas e em abril de 2002, 38 casas da vila Renascença I que surgiu na década de 1930. Esta vila era parte integrante da Ilhota. Sofreu algumas remoções e desapropriações no decorrer do tempo, para canalização do arroio Águas Mortas que passava por ali e para abertura e alargamento da av. Ipiranga. Inscrita no PRF teve as casas reconstruídas.
- Em 2006, foram entregues mais 163 apartamentos no Condomínio Princesa Isabel, dentre as famílias removidas para este condomínio estavam as que habitavam a Av. Érico Veríssimo, nº. 1426, que eram provenientes de remoção anterior da área da vila Renascença II, em 1999, sendo que esta última estava inserida no Projeto Renascença relacionado aos habitantes da Ilhota.

Encontramos notícia que dava conta de que essas remoções atingiram inclusive a área que hoje abriga o Quilombo do Areal, como a transcrita por Moraes (2008:528):

Remoções de surpresa do DEMHAB colocam Cidade Baixa em pânico. Folha da Tarde, Porto Alegre, ano 40, nº.25, 27/maio/1975,

p.8, em 1973 o DEMHAB realizou levantamento sócio-econômico na vila Luiz Guaragna (ROP Centro, Bairro Menino Deus), localizada na av. Luiz Guaragna, onde parte de seus habitantes paga aluguel, ali a autarquia realiza remoções-relâmpago sem avisar previamente. 'Sem avisar, os caminhões passam aqui e se não encontram ninguém em casa levam o barraco lá para a Restinga. Isto já aconteceu com muita gente aqui. Foram trabalhar de manhã e, ao voltar, à noite, não encontraram mais a casa', conta Júlio César da Silva.

Relativamente ao bairro Três Figueiras, encontramos os seguintes registros:

- Em 1986, são removidas famílias da vila Beco do Resvalo (vizinhos da Família Silva), que estavam localizadas nos finais das ruas Miosótis e da Rua Iracema, próximos ao Colégio Anchieta, para a vila Dorival Castilho Machado (nome da rua onde está localizada a vila), também conhecida como vila Santa Helena, no bairro Hípica.
- No mesmo ano, há a transferência das famílias da vila Beco do Resvalo para a vila Beco da Mandioca no bairro Mário Quintana, sendo que as famílias foram removidas para área que não pertencia ao DEMHAB, pois os envolvidos na remoção acreditavam que a área de destino era de propriedade do DEMHAB, ocupando inclusive leitos de ruas, gerando a necessidade de realocação das mesmas no entorno.

9 A VALORIZAÇÃO E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NOS BAIRROS MENINO DEUS E TRÊS FIGUEIRAS

Analisaremos dados do mercado imobiliário de Porto Alegre e especificamente dos bairros Menino Deus e Três Figueiras, por serem estes os bairros em que estão localizadas as comunidades quilombolas de nosso estudo, e a influência que a terra enquanto mercadoria exerce sobre a dinâmica urbana, com a valorização do solo urbano e a conseqüente expulsão daqueles que necessitam morar, mas que não dispõem de recursos financeiros para serem proprietários da terra dentro de um sistema capitalista de mercado.

TABELA 2 - Evolução dos preços médios, por tipo, do m² para venda de imóveis em Porto Alegre: Dezembro de 2002 a 2006.

TIPO	1 dormitório	2 dormitórios	3 dormitórios
Ano	R\$/m ²	R\$/m ²	R\$/m ²
2002	737,66	779,65	843,79
2003	770,40	828,94	937,84
2004	814,00	829,20	929,13
2005	893,58	923,22	1.007,49
2006	917,08	990,65	1.173,04

Fonte: SECOVI/AGADEMI

Obs. Valor do mês de dezembro de cada ano.

Observamos, na TABELA 2, a constante evolução do preço do m² em Porto Alegre, havendo involução em apenas um período: 2003/2004 (para imóveis de 3 dormitórios). Considerando que o preço do m² é, normalmente, proporcional ao número de dormitórios, que o tamanho médio da família porto-alegrense é de 3,14 pessoas por domicílio (IBGE – Censo 2000), e que principalmente as famílias mais ricas têm menor número de componentes, então relacionamos que a elevação do preço do m² do imóvel na proporção de dormitórios está relacionada ao padrão de luxo que estas moradias possuem, destinadas a um segmento de alto poder aquisitivo, incentivando a especulação imobiliária em determinados bairros.

TABELA 3 - Lançamento e venda de imóveis novos em Porto Alegre, e estoque de imóveis por ano – 2003/2007

ANO	IMÓVEIS NOVOS	IMÓVEIS NOVOS	ESTOQUE IMÓVEIS
	LANÇADOS	VENDIDOS	NOVOS*
2003	1869	1477	3268
2004	1944	1580	3484
2005	1278	1602	2910
2006	1844	2025	2770
2007	4358	3156	3798

Fonte: SECOVI-RS/AGADEMI

*Estoque de imóveis novos no mês de novembro de cada ano.

Na TABELA 3 podemos acompanhar o lançamento de imóveis novos no mercado de 2003 a 2007, percebendo que a oferta e a demanda por imóveis novos guarda certa proporcionalidade, ficando sempre uma margem de reserva de novas unidades sem ocupação. Se compararmos os dados desta tabela com a tabela 2, que nos mostra o preço médio do m² em Porto Alegre, e sabendo que no mesmo período havia em média 74.825 domicílios em 485 núcleos e vilas irregulares na Capital(SECOVI/RS), podemos ver que a oferta de imóveis não busca atender a necessidade das populações pobres de Porto Alegre, estando, sim, voltadas somente a especulação imobiliária.

TABELA 4 - Oferta de imóveis, novos e usados, no Bairro Menino Deus por tipo de imóvel e valor médio

Tipo	24/8/2008		31/8/2008		7/9/2008		14/9/2008	
	Quant.	valor médio	Quant.	valor médio	Quant.	valor médio	Quant.	valor médio
casa 5 dorm	2	510.000,00	2	505.000,00	1	595.000,00	1	360.000,00
casa 4 dorm	2	362.500,00	3	503.333,00	4	342.500,00	1	595.000,00
apto. 4 dorm	1	535.000,00	3	315.000,00	4	416.250,00	4	437.500,00
apto. 3 dorm	62	261.400,00	63	283.068,00	62	256.961,00	69	263.379,00
casa 3 dorm cobert. 3 dorm	7	379.286,00	10	392.000,00	4	281.500,00	6	425.667,00
apto. 2 dorm	8	270.143,00	10	464.222,00	7	489.286,00	6	613.333,00
casa 2 dorm cobert. 2 dorm	54	160.604,00	54	163.245,00	68	153.917,00	73	151.735,00
apto. 1 dorm cobert. 1 dorm	1	220.000,00	3	265.000,00	0	0,00	1	210.000,00
loft 1 dorm	7	270.143,00	14	275.417,00	12	272.833,00	7	250.714,00
apto. 1 dorm cobert. 1 dorm	17	92.187,00	20	97.384,00	21	87.842,00	23	82.250,00
loft 1 dorm	0	0,00	1	...	1	...	1	...
loft 1 dorm	0	0,00	1	165.000,00	0	0,00	1	164.000,00
Jk	6	50.717,00	3	50.600,00	3	56.100,00	3	52.300,00
comercial	3	239.333,00	2	...	6	123.250,00	4	181.600,00

Fonte: Classificados Zero Hora - 24 e 31/08/2008 e 07 e 14/09/2008.

O bairro Menino Deus está mais voltado ao uso residencial, com comércio e serviços concentrados nas principais avenidas. Apresenta uma grande e variada oferta de imóveis destinados a classe média e alta de acordo com o tipo e o preço médio dos imóveis ofertados, como podemos inferir através da TABELA 4.

O bairro Três Figueiras é marcadamente residencial, com moradias de luxo, sendo que comércio e serviços concentram-se principalmente nas avenidas que delimitam o bairro: Av. Nilo Peçanha, Av. Carlos Gomes e Av. Protásio Alves.

Podemos verificar o interesse do capital imobiliário no bairro Três Figueiras desde a década de cinquenta do século XX, quando as antigas chácaras existentes começaram a ser loteadas para venda. Houve um novo “boom” imobiliário na década de oitenta, com a instalação do Shopping Iguatemi, primeiro “shopping center” da Cidade, que significou maior atração para novos empreendimentos naquela área do município.

O bairro Três Figueiras junto com os bairros Passo da Areia, Bela Vista e Moinhos de Vento, estão entre os bairros que apresentam oferta de imóveis novos com valor superior a R\$1.010.600,00, sendo que estes concentram a maioria dos imóveis nesta faixa de preço, os mais caros de Porto Alegre, veja na TABELA 5.

TABELA 5 – Oferta de imóveis novos, com valor superior a R\$1.010.600,00, ocorrência por bairro. Maio 2008.

BAIRRO	ACIMA R\$1.010.600,00
Passo da Areia	119
Bela Vista	94
Moinhos de Vento	33
Três Figueiras	18
Rio Branco	5
Petrópolis	4
Boa Vista	2
Cristo Redentor	1
TOTAL	276

Fonte: DEE/SINDUSCON-RS

TABELA 6 - Oferta de imóveis, novos e usados, no Bairro Três Figueiras por tipo de imóvel e valor médio

Tipo	24/8/2008		31/8/2008		7/9/2008		14/9/2008	
	Quant.	valor médio	Quant.	valor médio	Quant.	valor médio	Quant.	valor médio
casa 5 dorm	4	1.026.250,00	1	830.000,00	0	0,00	2	830.000,00
casa 4 dorm	0	0,00	1	1.800.000,00	1	750.000,00	4	1.050.000,00
apto. 4 dorm	0	0,00	1	850.000,00	0	0,00	0	0,00
apto. 3 dorm	13	631.500,00	13	571.417,00	10	536.889,00	10	623.667,00
casa 3 dorm	10	678.250,00	9	549.500,00	6	662.500,00	10	642.889,00
cobert. 3 dorm	0	0,00	1	1.280.000,00	1	...	1	890.000,00
apto. 2 dorm	2	244.500,00	2	166.000,00	2	217.000,00	1	235.000,00
casa 2 dorm	0	0,00	1	850.000,00	0	0,00	0	0,00
cobert. 2 dorm	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
apto. 1 dorm	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
cobert. 1 dorm	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
dorm	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
loft 1 dorm	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Jk	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
comercial	0	0,00	1	...	0	0,00	1	600.000,00

Fonte: Classificados Zero Hora – 24 e 31/08/2008 e 07 e 14/09/2008.

Verificamos que o bairro Três Figueiras está destinado a habitação de alto padrão, com casas residenciais térreas e torres de apartamentos de luxo para moradia dos mais ricos habitantes da cidade, como podemos observar na oferta e nos preços médios dos imóveis apresentados na TABELA 6.

Através das tabelas apresentadas podemos verificar a movimentação de construções e vendas no bairro. No trabalho de campo isto ficou ainda mais claro quando vimos por todos os lados, em volta do Quilombo da Família Silva, novas construções de casas e prédios de apartamento que parecem querer sufocar as peculiaridades daquela comunidade, tão diferente de seu rico entorno (Figuras 4 e 5), seja no traçado de seu território que não reproduz a lógica capitalista da divisão em lotes, reservando uma boa parte da área para um espaço comum de convivência dos membros da comunidade, seja pela simplicidade das habitações. Conforme aumenta o interesse pela área do bairro para novas construções e comercialização de imóveis cresce a pressão sobre os membros da comunidade quilombola Família Silva para se retirarem do local e irem habitar periferias mais distantes e menos atraentes, do ponto de vista da especulação imobiliária.



Figura 4 Empreendimento imobiliário em construção em área vizinha ao Quilombo da Família Silva, próximo da entrada do lado norte. Registro fotográfico feito pela autora.



Figura 5 Construção de prédio junto à divisa do Quilombo da Família Silva, “sufocando” as casas da comunidade. Registro fotográfico feito pela autora.

No entorno do Quilombo do Areal, no bairro Menino Deus, podemos perceber as várias camadas de história que fazem parte do bairro, conforme as Figuras 6 e 7, mesclando lembranças dos tempos do arraial com a modernidade da Metrópole:

casas do começo do século XX; prédios novos, com arquitetura moderna; novas construções; os quartéis da Brigada Militar que vão desde construções mais antigas até outras mais recentes; e becos, com seus domicílios precários, onde jovens e crianças vivem o espaço da rua intensamente. A especulação imobiliária não parece tão intensa nesta parte do bairro Menino Deus. Existem, ainda, muitas residências térreas antigas e poucos prédios de apartamentos, diferente da área mais próxima ao cruzamento da avenida Getúlio Vargas e rua José de Alencar, considerada como o “coração” do bairro, nos anúncios de vendas de imóveis vistos no jornal Zero Hora. Nesse aspecto, as comunidades estudadas diferem-se bastante, pois parecem viver momentos diferentes na relação do espaço vivido com as pressões do mercado imobiliário, sendo que a condição do Quilombo do Areal é bem mais tranqüila, fato que pôde ser observado inclusive no trabalho de campo.



Figura 6 Prédio novo se sobrepondo na paisagem do Quilombo do Areal. Registro fotográfico feito pela autora.



Figura 7 As diversas camadas de história podem ser apreendidas no contraste entre construções antigas e modernas. Registro fotográfico feito pela autora.

10 PORTO ALEGRE E SEUS QUILOMBOS: TRANSFORMAÇÃO URBANA E RESISTÊNCIA

Andando pelas ruas de Porto Alegre vê-se que a paisagem não é totalmente uniforme. Essa diferença aparece, principalmente nos bairros de população mais rica ou de classe média. Quando menos se espera, ao lado de ruas e avenidas, com suas casas e prédios que ostentam riqueza e novos traços arquitetônicos, podem ser encontrados becos e vielas com suas habitações precárias e amontoadas, ou ainda, alguma casa isolada em um pequeno pátio apresentando sinais de degradação material, remetendo-nos a idéia dos prováveis poucos recursos materiais e financeiros de seus moradores.

Encravados assim na cidade rica, essas habitações destoam na paisagem e nos trazem a imagem de uma resistência bravia, por conseguirem permanecer nesses locais, que em algum momento da história da Capital foram revalorizados e promoveram a expulsão da população mais pobre que veio antes, seja por meio de políticas públicas de reurbanização, seja pela pressão da especulação imobiliária.

A cidade está em constante transformação, com a revitalização de algumas áreas para a criação de novos produtos comerciais para a especulação imobiliária e para a reprodução do capital. Nessas transformações quem tem dinheiro escolhe onde morar com liberdade e quem não tem, fica sem escolha, sem perspectiva, permanece um tempo em cada lugar, e logo é removido por planos de melhoramentos urbanos ou por pressão financeira, que pode se dar de diversas formas, inclusive pelo preço dos serviços ou pela dificuldade de mobilidade.

Em contraponto a estas pressões e remodelamentos temos a resistência de pequenos grupos organizados, como nos casos agora estudados: as comunidades remanescentes de quilombolas.

10.1 QUILOMBO DO AREAL OU AVENIDA LUIS GUARANHA¹⁷ – TERRITORIALIZAÇÃO

O Quilombo do Areal conta na atualidade com 71 famílias divididas em 60 residências. A maioria dos responsáveis pelas famílias (32,4%) está na faixa etária de 45 a 59 anos. A comunidade é composta por 256 membros, sendo que sem contar os responsáveis pelas famílias e seus respectivos cônjuges, a maioria dos outros membros da comunidade são crianças, de 0 a 11 anos (39,9%) , e adolescentes e jovens, de 12 a 24 anos (42,7%). As mulheres são as principais responsáveis por domicílio com 66,2% nesta condição, contra 33,8% de homens. A renda média mensal de 81% das famílias é de até 4 salários mínimos, sendo que a renda média mensal das famílias do bairro Menino Deus é de 15,6 salários mínimos. 31% dos chefes de família nasceram no quilombo e ali permanecem.¹⁸

O Quilombo do Areal, também muito conhecido por Avenida Luis Guaranha (sendo que neste trabalho utilizaremos a primeira denominação, por ser esta que aparece no laudo sócio-antropológico), é resquício de uma grande comunidade negra habitante da região que atualmente compreende os bairros Cidade Baixa, Praia de Belas e parte do Menino Deus, e que era conhecida como Arraial da Baronesa. Arraial que foi descaracterizado através do tempo a partir de vários projetos de reurbanização e remoção da população pobre, e principalmente afro-descendente, para a periferia da cidade. A comunidade recebeu a Certidão de Auto-Reconhecimento, em 03/06/2004, da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. O auto-reconhecimento como Remanescentes de Quilombos representou mais um passo na luta constante que a comunidade empreendia pelo direito a seu território e espaço de moradia, que na memória coletiva do grupo estava relacionado a “Terra de Escravos”, vinculado às senzalas da Chácara da Baronesa do Gravataí, conforme Marques e Mattos (2007).

No Laudo sócio-antropológico aparece referência à percepção da comunidade de que seu território abarcava toda a área do antigo Areal da Baronesa, e que chegou a ser cogitado reivindicar toda essa área como território quilombola. Essa

¹⁷ Segundo Marques e Mattos (2007:10): O termo Avenida, na forma como empregado pelo grupo, diz respeito a conjuntos de pequenas casas de aluguel barato, sendo a maioria originalmente de madeira, em estreitas ruas ou becos que ocupam os “miolos” das quadras. Uma outra característica importante é a existência de espaços de uso comum entre essas “casas de avenida”.

¹⁸ Dados retirados de: GEHLEN, I. (coord. geral) *et al.*, Estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFCH/UFRGS. Porto Alegre: 2008.

idéia logo foi descartada, visto que isto demandaria processo longo e oneroso e com poucas possibilidades de se concretizar.

Outra possibilidade de configuração do território a ser reivindicado, levantada pelos pesquisadores que realizavam o laudo, seria a agregação do território do Beco da Barão e sua comunidade ao Quilombo do Areal, já que os mesmos tinham trajetórias históricas semelhantes, idéia aceita pelos últimos (existem laços de compadrio, vizinhança e parentesco entre as comunidades), mas rechaçada pelos primeiros, que achavam que as comunidades eram distintas e não tinham muito a ver uma com a outra, sendo que os moradores do Beco da Barão pretendem ter acesso à terra através de processos de usucapião e não se interessam pela posse coletiva do território. Por fim, ficou decidido que o território reivindicado seria o atualmente ocupado.

10.1.1 Impressões sobre o Quilombo do Areal da Baronesa

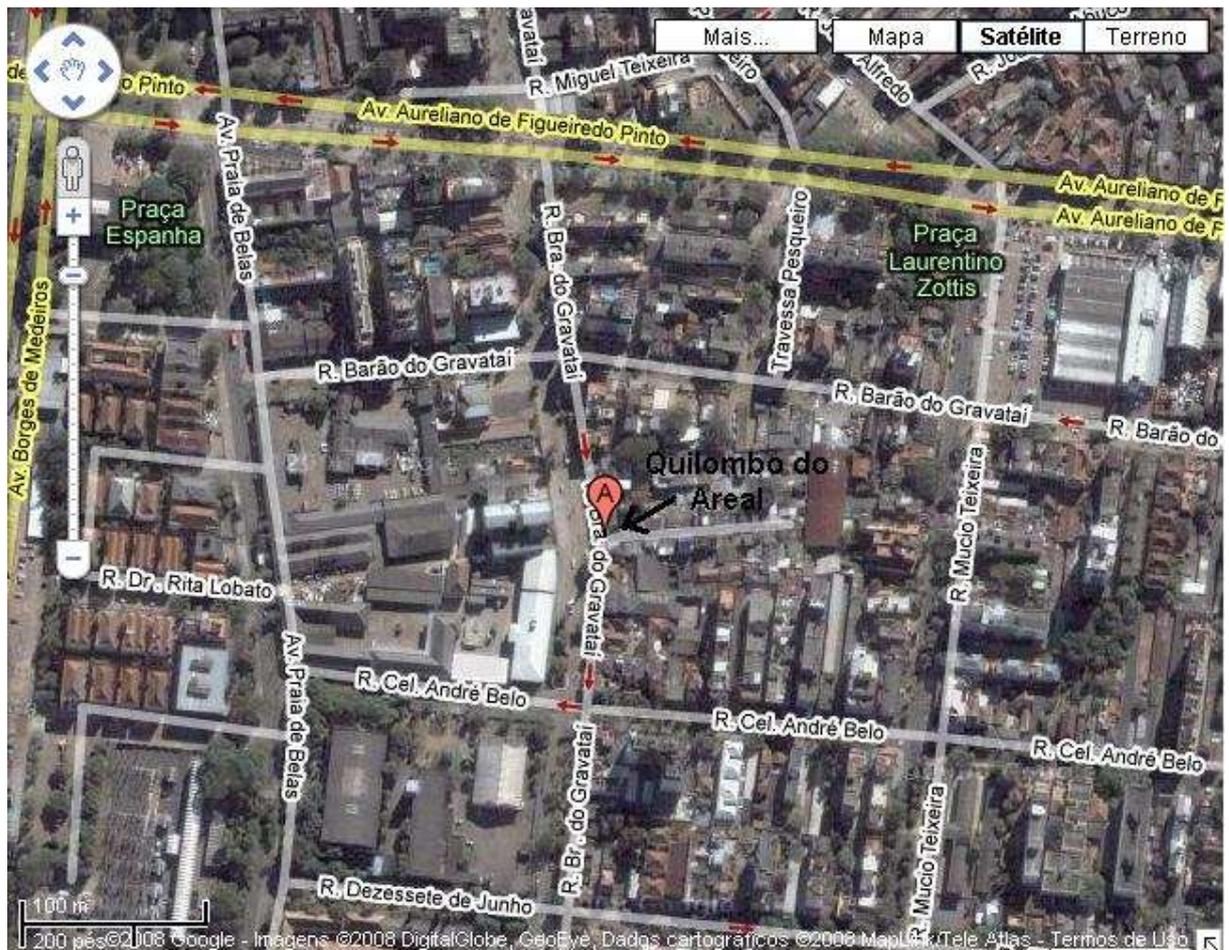


Figura 8 Imagem do Google Maps da área do Quilombo do Areal
 Fonte: <http://maps.google.com.br/maps>. Acesso em 02/12/2008.

A área do Quilombo do Areal, assim designada hoje, apresenta-se incorporada à paisagem urbana, como um núcleo de residências pobres no Bairro Menino Deus, mais próximo ao Centro.

Ao visitante chama a atenção e destaca-se, sobretudo, a placa colocada à entrada alertando sobre o processo de demarcação da área remanescente de quilombolas. Tal informação torna-se um diferencial para o aglomerado de habitações que, no demais, não se difere muito de outros na mesma área. Há, contudo, que se salientar que a via que dá acesso a esse conjunto de moradias, a Avenida Luis Guaranha, é diferente dos becos e vielas que dão acesso às outras. A origem dessa via, como meio de acesso as casas de aluguel no passado, já está devidamente documentada nos trabalhos de resgate da memória histórica do território quilombola. O que difere no essencial, e em especial se confrontada com outro acesso próximo para uma pequena vila (Beco da Barão), é que tal via possui um traçado em linha reta, quando em geral os becos de vilas são sinuosos, e isso faz com que a visibilidade para dentro da área seja muito ampla, de forma que a movimentação das pessoas e objetos são perfeitamente acompanhadas por quem passa ou pára na rua Baronesa do Gravataí.

A via não tem saída, terminando em um alargamento de formato mais ou menos circular, como um “largo” que é devidamente apropriado pelos moradores, sobretudo pelas crianças brincando. Não há circulação de automóveis com frequência.

Numa primeira e rápida observação, o que se destaca sobretudo é a grande movimentação de pessoas, que tomam os passeios e a própria via principal. São quase todos jovens, vestidos de forma urbana, em geral com roupas e indumentárias que imitam o estilo dos “rappers” norte-americanos. Há uma intensa poluição sonora, onde se misturam sons de diversas músicas em volume alto, gritos entre os jovens e ainda brincadeiras das crianças. Crianças e pequenos animais também são observados soltos na rua, sem ter quem os importune.

Ao deitar o olhar de forma a observar melhor o lugar, outros aspectos aparecem como importantes na paisagem: a fachada da antiga casa da Baronesa¹⁹, na entrada da rua, embora bastante depredada, salienta-se dentre as construções,

¹⁹ É assim que alguns se referem a antiga casa, mas isso não é consenso. Nos trabalhos de Mattos (2000) e Marques e Mattos (2007) não aparece nenhuma evidência que confirme que esta tenha sido de fato moradia da Baronesa.

como um marco da existência histórica da relação escravagista que existia no local. As diversas pinturas sobrepostas, e principalmente a propaganda eleitoral de um candidato a vereador, desfiguram a arquitetura da construção e distorcem a percepção do observador. É ao levantar os olhos que se percebe, de fato, a peculiaridade da construção, devido aos acabamentos arquitetônicos da fachada superior e o pé direito alto, tal qual o padrão das construções antigas.

As casas que ladeiam a entrada da rua não apresentam nenhuma peculiaridade que possa indicar alguma homogeneidade no padrão das construções. São todas de alvenaria, as da entrada, e quase todas com reboco de argamassa já precário. As mais próximas da saída/entrada, estão com pinturas, na forma chamada de “graffiti”.

Destacam-se também, dentre as construções: uma delas que possui uma porta envidraçada, onde se afixam alguns recados e avisos, e que soubemos ser a sede da associação dos moradores; um outra feita de tijolos à vista, com três pavimentos e bastante grande, que pertence a uma das famílias do local. Mais ao fundo, a heterogeneidade de formas de construção aumenta mais ainda. Há alguns sobrados construídos por um programa de habitações populares, ao fundo da via, em torno do largo em que ela termina, que se destacam por serem, além da casa de três pavimentos, as melhores construções do quilombo. Isso quanto à aparência, ao menos, já que possuem um acabamento regular e pintura em boas condições. Nessa parte, observa-se da rua, que existem muitas construções aos fundos de outras, e há várias casas de madeira também. No geral, as habitações são muito precárias, indicando a pobreza dos seus moradores. Não chegam a ser barracos, contudo, como se encontram muitas vezes em favelas, são apenas construções irregulares, pequenas, muitas feitas com material usado e com limitação de recursos.

A casa onde fomos recebidos é uma construção simples e pequena. Havia muitas coisas em seu interior, espalhadas por todos os lugares, indicando uma falta de espaço total para acomodar os pertences dos moradores. Havia muitas crianças também, além da senhora que foi entrevistada. Soubemos depois serem todos seus netos. Nossa presença foi acompanhada por uma agradável hospitalidade, demonstrada pela acomodação de todos próximos de onde ficamos e reiterada atenção, mesmo das crianças menores. Não fizeram nem mesmo barulho, tendo parado com as brincadeiras para nos observar. Quando alguma das crianças se

dispersava e voltava a brincar e fazer barulho, era repreendida pela entrevistada e prontamente voltava a se aquietar em absoluta assistência dos nossos afazeres. Essa tranqüilidade quanto à presença de estranhos pareceu ser sentida também na rua, onde algumas pessoas nos observavam mas sem maiores aflições. Tiramos algumas fotos sem problemas, após pedirmos licença à líder da comunidade, que era a mesma nossa entrevistada, Dona Gessi.

Resumidamente, podemos dizer que a paisagem do Quilombo do Areal incorpora-se à trivialidade do caos urbano. Impossível, ainda, não fazer uma comparação com o outro quilombo visitado, da Família Silva, onde os aspectos de uma vida rural se fazem presentes mesmo estando encravado no seio de uma região muito urbanizada.

10.1.2 A Entrevista e Algumas Considerações

Na entrevista realizada com Dona Gessi, aparece a ligação da comunidade com os escravos da Baronesa do Gravataí, mas eles têm consciência que não é uma relação direta, como descendentes daqueles escravos da Baronesa (“Quem fez isso já morreu, né?”), mas uma ligação com o local, com a história do bairro, das comunidades que historicamente habitaram ali a partir da constituição do arraial. As relações familiares são o elo mais importante de fixação ao território, são recorrentes nos motivos alegados para a volta das pessoas que tenham saído:

Essa comunidade é velha! Velha, velha, porque ali na casa da esquina a Baronesa já veraneava com seus escravos. Só que vai gente, vem gente, morre gente, vem outros, é uma coisa assim... agora parou, depois que a gente fez [o processo] do quilombo parou, parou esse entra e sai... tem gente que mora desde que casou, eu desde menina moro aqui. Tem gente que casou e veio pra cá porque tem a família aqui. (Dona Gessi)²⁰

As famílias que habitam o Areal sempre tiveram uma certa mobilidade quanto à moradia, ligada à precariedade das habitações e posse das casas. Costumavam sair dali, irem morar noutro local, mas o interessante é que acabavam voltando, seja porque deixavam familiares e isto facilitava o retorno, seja pela ótima localização da comunidade, facilidade de mobilidade espacial que eles não encontravam em outro local da cidade. “É o local. Não é o amor ao lugar, é o local, perto de tudo, bem localizado.” (Dona Gessi). O auto-reconhecimento e o apoio institucional para a

posse da área fez com que se fixassem mais ao seu território, pois agora tinham mais segurança: “A movimentação de entrada e saída de gente diminuiu. Depois que veio as coisas do quilombo e tal diminui bastante.”

O bairro e a vizinhança aos poucos foi mudando, a Avenida Luis Guaranha era de “chão batido”, areão, tinham outras “vilinhas”, tinha o Beco do Mijo, onde hoje é o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Dona Gessi diz que o Conselho conseguiu tirar os moradores de lá, por ser uma área particular, que tinha proprietários, e onde haviam casas de madeiras construíram edifícios:

Ah... não, aqui onde fizeram esse mini edifício de 3-4 andar era uma casa. Não eram muitas casas de material, eram de madeira. E a telha era de brasilit de papelão, preta. A vizinhança era mais pobre, hoje tem mais ricos por aqui.

Observando as ruas adjacentes à Avenida Luis Guaranha podemos perceber que as construções são mistas, intercalam-se casas térreas, com edifícios e casebres. Na esquina das ruas Baronesa de Gravataí com Barão de Gravataí existe uma casa que tem registrada em sua fachada o ano de construção – 1903 (Figura 7). O bairro parece estar passando por uma lenta transformação em sua morfologia, sendo que o moderno e o antigo coabitam o mesmo espaço. É dessas mudanças que Dona Gessi nos falava há pouco.

Perguntamos para dona Gessi se eles faziam parte da Ilhota e se tinham moradores do Areal que eram dessa vila. Ela nos disse que não, mas logo em seguida nos falou de sua família, que tinha sido removida da rua Miguel Teixeira para a Vila Dona Teodora e depois para a vila Restinga. Pelo que levantamos da bibliografia o local onde fica o IBAMA estava inserido na grande vila que era conhecida como Ilhota. Assim fala de sua peregrinação pela cidade:

Eu morava antes na Teodora, Navegantes. A minha mãe e meu pai quando casaram vieram morar aqui onde era a antiga LBA, aqui onde é a casa da cidadania agora, onde é o IBAMA, perto do IBAMA. E a minha irmã mais velha que vai fazer 60 anos agora nasceu ali. Eu nasci na Dona Teodora.

A resignação faz parte do discurso de Dona Gessi, ela não se queixa nem questiona tantas mudanças:

²⁰ A entrevista com Dona Gessi foi realizada no dia 18/10/2008, em sua residência.

Da Dona Teodora nós fomos para a Restinga, vim de lá depois com minha falecida filha, que é mãe desses aqui [aponta para as crianças que estão na sala], a mãe desses aqui [aponta outros] já ficou lá na Restinga.

Aparece em sua fala a intervenção do poder público através da Prefeitura na remoção de seus pais que moravam em parte da Ilhota:

Meus pais foram para a Teodora, pois estavam desocupando aquele espaço ali, onde eles moravam, a Prefeitura estava tirando as casas e os moradores e levando para a Teodora, depois a Prefeitura levou eles da Teodora para a Restinga, desocuparam aquela área da Teodora que ficava de costas para a chácara.

Dona Gessi conta que certa vez tentaram tirar eles da Avenida Luis Guaranha. Quando o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC/RS) quis construir um hotel para seus sócios na área, vieram com a prefeitura para tentar tirá-los dali. Foi nesse momento que surgiu a reivindicação do território como estratégia de resistência, com base no processo de auto-reconhecimento como remanescentes de quilombolas:

É como estou te dizendo: o conselho tava por trás, pra Prefeitura ver quanto é que tinha de impostos, que não eram pagos, ver o quê que podia mexer pra tirar o pessoal pra eles poderem ficar. Quer dizer: eles pagando um bom dinheiro, de certo, para a prefeitura. Foi quando a gente correu e tentou buscar esse documento [certidão de auto-reconhecimento], da Fundação Palmares pra poder ficar mais tranquilo.

Por fim a esperança, ou melhor, a certeza de que agora poderão ficar no lugar em que escolheram morar, no território onde construíram suas identidades e expressam suas tradições, um espaço que é diferente da cidade moderna esvaziada de vida em suas ruas e avenidas, pois ali na Guaranha a rua é espaço de convívio, de brincadeiras, de conversa, enfim, espaço vivido: “É, mas agora a gente não vai mais, não sai mais daqui. Graças a Deus!”.

Dona Gessi nos falou que a comunidade sempre participou das reuniões do Orçamento Participativo, inclusive conseguiram a verba para a construção das doze novas moradias e da sede da associação através da organização da comunidade. E foi a partir da relação com os funcionários do DEMHAB que foi sugerida a reivindicação do território como comunidade quilombola:

Nós tínhamos a Associação, mas tava tudo parado, tudo atirado. Nós começamos a botar em ordem, botar em dia o CNPJ, porque o CNPJ ajuda muito. A gente tinha o contato com o Arcelino, que na época trabalhava no DEMHAB, que por sinal, agora, é um dos sócios honorários da nossa associação, e com o Bira. O seu Arcelino disse que estava na hora de procurar a história da comunidade aqui, do beco, ele veio e conversou com todos numa reunião. Nós dissemos: 'olha, vamos ver, vamos tentar.' Porque na história a gente já sabia mais ou menos que aqui era a área da Baronesa, que inclusive a rua é a Baronesa, a outra rua é a Barão, então quer dizer, na história conta que ela tinha escravos, então, vamos tentar. Fizemos o documento e mandamos pra Fundação Cultural Palmares.

Esta organização e atuação da comunidade na defesa de seu território, na busca de seus direitos e melhoria das condições de vida, foi que levou a mesma a ter acesso a diversas instituições públicas e diferentes atores da cidade, proporcionando darem mais este passo na garantia do espaço de habitar, através do auto-reconhecimento como remanescentes quilombolas:

Perguntamos pra eles como é que a gente fazia, o quê precisava mandar pra vir alguma resposta de Brasília. E realmente, eles disseram que umas 5 ou 6 pessoas se auto-afirmando quilombola, e a gente fez o documento, pegou moradores, que inclusive moram até hoje, são gente bem de idade e há muitos anos morando aqui, veio a resposta, veio o certificado, tudo direitinho. Aí a gente começou o trabalho de busca da história, de busca de uma série de coisas. (Dona Gessi)

Na relação com a vizinhança, Dona Gessi, diz que é tranqüila, que não tem problemas de preconceito racial com os vizinhos:

Não, até agora que eu saiba, assim aberto não. Claro que uma pessoa dizer pra um adolescente, isso aí é normal em qualquer lugar, mas não assim...

Nos pareceu tanto no caso do preconceito racial quanto no questionamento da atuação da BM frente a comunidade (que transcrevemos ao tratar da invisibilidade social), que Dona Gessi procura minimizar possíveis conflitos, em seu discurso.

Sobre as dificuldades encontradas no dia a dia, referentes à mobilidade espacial da comunidade para o atendimento de suas necessidades, como trabalho, consumo e acesso a equipamentos públicos, dona Gessi foi bem enfática ao dizer

que eles não tinham problemas de mobilidade, pois o local em que moram é muito bem localizado, tem bastante variedade de comércio no entorno e podem facilmente usar o transporte coletivo para se deslocarem para qualquer outro bairro da cidade. As pessoas da comunidade trabalham em locais diversos na cidade, mas devido a boa localização das moradias não apresentam dificuldades de deslocamentos, seja para o trabalho, seja para utilizar os equipamentos públicos:

Dá para comprar no Nacional, tem a Maria aqui perto com um mercado bem sortido. Lá na 17 [Rua Dezesete de Junho] tem o mercadinho do Alemão, que é pertinho aqui. E se aqui estiver caro, vai no centro, lá no Mercado Público, no supermercado. Ou pega o ônibus e vai num outro lugar nos arredores. (...) O pessoal trabalha em qualquer lugar, não tem assim maiores dificuldades, eu trabalho aqui na Marcílio [Rua Marcílio Dias], vou a pé, meu marido trabalha no IBAMA, vai a pé. Já tem outro que trabalha lá na Serraria, já tem que pegar o ônibus ali. (Dona Gessi)

Dona Gessi diz não se preocupar muito, agora, com pressões para deixarem a área. Pelo seu entendimento, se fosse para tirá-los dali não deixariam que eles fossem adiante com o processo de certificação da área como território quilombola. Ressaltou que a comunidade não está preocupada com o futuro, não se importa com as alterações que seguem ocorrendo no entorno do Areal, agora estão esperando a declaração de área de interesse cultural, que está tramitando na Câmara Municipal, a partir de iniciativa do vereador Carlos Comasseto.

E aí que eu digo: se tivessem que mexer conosco já teriam mexido. Porque, imagina se todo Brasil não sabe que aqui tá sendo uma área quilombola? Isso já foi pra vários lugares, tem muitas pessoas sabendo, ... se tivessem que impedir de andar mais dois passos, já teriam impedido. Pois na família Silva, não chegaram lá, o juiz deu um papel, foi lá a polícia com tudo....

10.2 QUILOMBO FAMÍLIA SILVA – TERRITORIALIZAÇÃO

“ – Isso aqui era campo atirado. Ninguém dava bola para nada. Não tinha ninguém. Foram fechando os pedaços. Foram fechando, foram demarcando e foi ficando.”

João Brito Soares²¹

²¹ João era filho de criação de Naura e Alípio, precursores da Família Silva na ocupação do território no bairro Três Figueiras. Fala retirada do Laudo Sócio-antropológico (CARVALHO E WEIMER, 2004:114).

O Quilombo da Família Silva conta na atualidade com 15 famílias divididas em 15 residências. A maioria dos responsáveis pelas famílias (40%) está na faixa etária de 18 a 24 anos. A comunidade é composta por 49 membros, sendo que sem contar os responsáveis pelas famílias e seus respectivos cônjuges, os outros membros da comunidade são crianças, de 0 a 11 anos (69,5%) , e adolescentes e jovens, de 12 a 24 anos (30,4%). Dos responsáveis por domicílio dez são mulheres (66,7%) e cinco são homens (33,3%). A renda média mensal das famílias é de 1 a 4 salários mínimos. Sendo que a renda média mensal das famílias do bairro Três Figueiras é de 37 salários mínimos. Todos os membros da comunidade nasceram no quilombo e ali permanecem.²²

Os primeiros integrantes da Família Silva chegaram nos idos dos anos de 1940, vindos de São Francisco de Paula e de Cachoeira do Sul, e após algumas andanças e encontros o primeiro casal da comunidade se estabeleceu no que é hoje conhecido como bairro Três Figueiras, que era à época muito diferente do que temos atualmente: era um lugar de muito mato e difícil acesso, composto por algumas chácaras em que se plantavam hortifrutigranjeiros para o abastecimento das áreas mais urbanizadas a oeste. Ali constituíram sua família que cresceu e agrupou novos membros, como podemos perceber a partir do Laudo Sócio-antropológico elaborado com o fim de embasar o auto-reconhecimento da comunidade enquanto remanescentes de quilombos:

Os atuais membros dessa coletividade são, em sua grande maioria, descendentes de negros oriundos do interior do Estado do Rio Grande do Sul que ali se instalaram nos meados do Século XX. Seus avós maternos, Naura Borges da Silva e Alípio Marques dos Santos, naturais de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, respectivamente, foram sucedidos por seus pais, Anna Maria da Silva e Euclides José da Silva, ambos de São Francisco de Paula, na ocupação do território e na perpetuação de seus modos de vida e organização social. Foi a instalação no local que hoje é conhecido como bairro Três Figueiras o que possibilitou aos seus antepassados territorializarem-se, isto é, projetarem sobre um espaço física e geograficamente delimitado suas práticas de resistência e de autonomia em relação a sociedade envolvente. Tal ato é que possibilita ao grupo gestar-se enquanto uma unidade social diferenciada organizacional e etnicamente ao longo de seis décadas. (CARVALHO e WEIMER, 2004:21)

²² Dados retirados de: GEHLEN, I. (coord. geral) *et al.*, Estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFCH/UFRGS. Porto Alegre: 2008.

A área ocupada pela Família Silva se constituiu num território etnicamente construído, já que os principais elementos determinantes da comunidade são a cor da pele e os laços de parentesco. A luta pela regularização fundiária do território ocupado se dá desde a década de 1970, através de processos de usucapião²³ e mobilização da comunidade, e a partir de novembro de 2002 a comunidade demandou a regularização das terras ocupadas e a recuperação das que foram perdidas utilizando-se do Artigo 68 ADCT, da Constituição Federal – 1988, junto ao Ministério Público Federal, conforme foi levantado por Carvalho e Weimer (2004:120-121).

(...) a construção do Shopping Center Iguatemi, no ano de 1983, trouxe diversas transformações para os bairros a ele vizinhos, particularmente àquelas regiões próximas à Avenida Nilo Peçanha. A elitização e valorização de bairros que, de um momento para outro se descobriam “nobres” gerou os mais variados processos de exclusão da população mais carente da região. Tal como em Petrópolis, o “saneamento”, disfarçado de políticas de urbanização, se fez presente.

²³ A 1ª Ação de Usucapião, cuja autora foi Naura Silva dos Santos, avó materna dos integrantes da comunidade, data de 05/07/1972, Processo n.º 01178306211 da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. A 2ª Ação de Usucapião foi promovida em 04/01/1990 por Euclides José da Silva e seus filhos (genro e netos de Naura), Processo n.º 01190039824- 15ª Vara Cível/ 2º Juizado. A 3ª Ação de Usucapião, cujos autores foram os atuais integrantes do grupo, data de 25/06/2001, Processo 00107150600- 5ª Vara Cível. Estes dados constam, como nota de rodapé, no Laudo Sócio-antropológico da Família Silva. (CARVALHO e WEIMER, 2004:5)

10.2.1 Impressões sobre o Quilombo da Família Silva

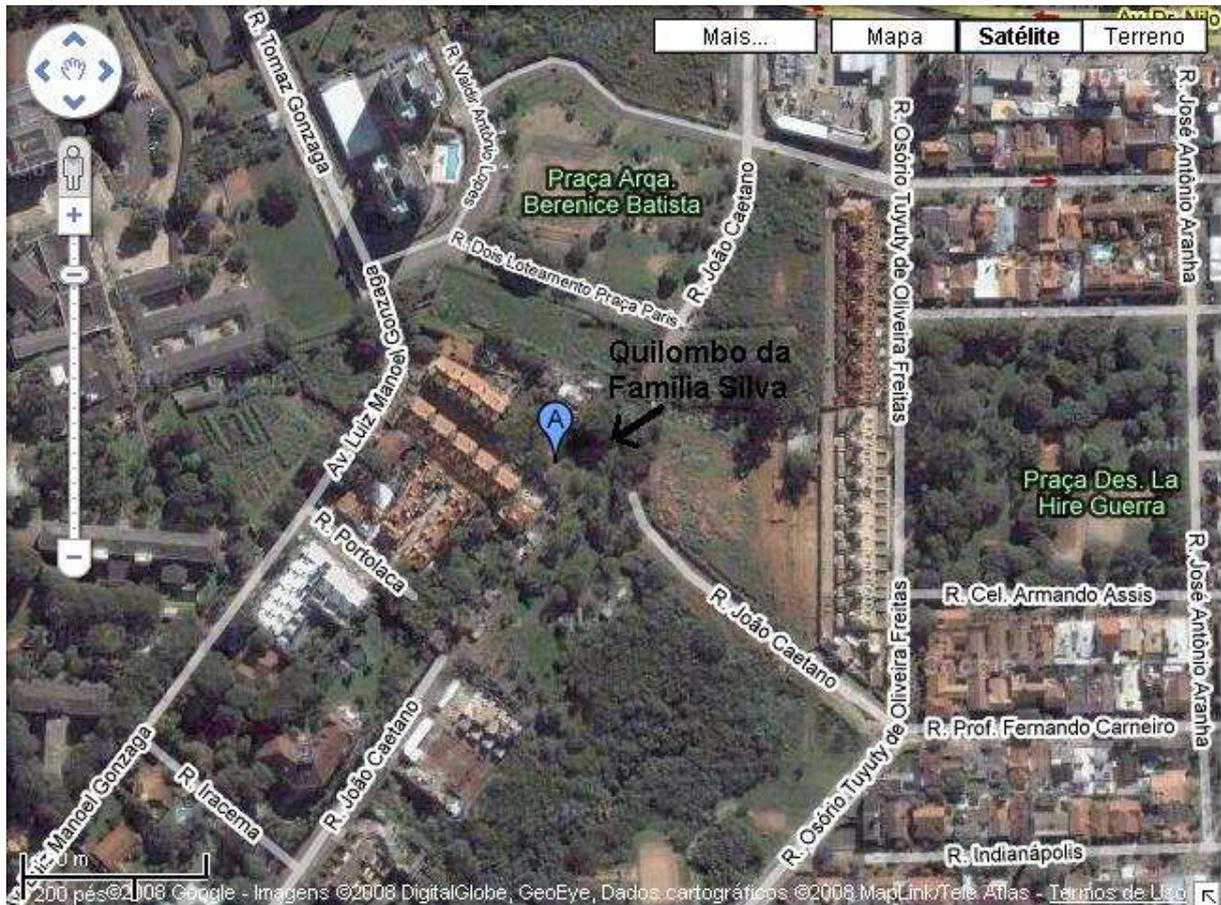


Figura 9 Imagem do Google Maps da área do Quilombo da Família Silva
 Fonte: <http://maps.google.com.br/maps>. Acesso em 02/12/2008.

O primeiro aspecto que nos chamou a atenção ao entrar na área do quilombo foi o ordenamento das habitações: estão dispostas quase em círculo, em torno de uma área livre de construções, que poderia ser considerada um pátio comum. Nessa área central do terreno onde se situa a comunidade há uma grande seringueira, e outras árvores menores. O terreno encontrava-se limpo e algumas crianças brincavam nele.

As casas, por sua vez, todas muito simples, concentravam-se no entorno do terreno. À primeira vista, pareciam ser bem poucas, embora depois possamos ter percebido que na verdade atrás daquelas primeiras construções haviam outras, que são acessadas através de pequenos corredores deixados entre as da frente. Tal disposição reforça a idéia de que existe um lógica, não se sabe se consciente, de manter a área central para uso comum. É preciso ressaltar que esse espaço comum não significa, em hipótese alguma, o traçado irregular de uma via, embora haja projeto da Prefeitura, por hora suspenso, de prolongamento de uma rua no local.

Mesmo que tal espaço se destine à circulação, pois ele dá acesso ao beco da vila que faz divisa com a área do quilombo (Vila Beco do Resvalo) para quem vem da Av. Nilo Peçanha, é certo que não tem apenas essa finalidade.

Aliás, o beco da vila, num primeiro momento, parece ser parte da área do Quilombo, ao que chama a atenção pela existência de uma cerca de madeira, muito baixa, um beco bem definido e o cercamento dos terrenos em torno. Antes de saber que aquela área não era mais parte do território quilombola, havia a dúvida de porque aquela distinção. Esclarecido que tal área já era a Vila Beco do Resvalo, ficou bem claro a diferença da lógica ordenadora dos espaços de um e outro, tornando-os territórios distintos. Na área quilombola, observa-se que a maioria das casas, em especial as da frente, não possuem cercamento que delimite terrenos ou áreas particulares. Na casa do Sr. Lorivaldino, que fica ao fundo de outras, encontramos uma pequena área cercada ao redor da casa, onde se encontram viveiros com folhagens e flores.

Quanto à comunidade, o que se apreende da visão dos recursos e do contato é que é bastante pobre. Pela entrevista, observamos que a situação tem se transformado pela presença dos programas governamentais e atendimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), que prestam ajuda à comunidade. Tal ajuda, no entanto, é fruto também do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombolas, e se insere no momento de disputa política pelo qual a comunidade tem passado nos últimos tempos. Deduz-se disso que a situação anterior ao início das lutas por reconhecimento fossem ainda piores. Mas a pobreza que se vê ali não transmite, apesar das condições materiais, sensação de miséria. Próprio das comunidades que vivenciam lutas políticas, as pessoas tem ali incorporado no seu discurso do cotidiano as reflexões filosóficas baseadas nos instrumentos que legitimam a sua presença naquele território: a tradição, o sentimento de comunidade, os laços consangüíneos. Essa coesão da comunidade em torno de um mesmo ideal, sentimento ou algo assim provavelmente oferece oportunidades para que sejam amenizadas as dificuldades geradas pela escassez de recursos, já que os problemas de cada um são amplamente compartilhados e todos prestam ajuda entre si.

Tal ordenamento do território, encravado em plena área nobre da cidade, cercado por um cinturão de vegetação nativa, guardando dentro da sua área uma

comunidade coesa e organizada, constitui indubitavelmente uma particularidade diversa da realidade social apreendida em outras áreas da cidade.

10.2.2 Considerações sobre a entrevista

A entrevista no Quilombo da Família Silva foi realizada no dia 07/10/2008, com Dona Lígia e seu Lorivaldino, irmãos, na casa do último. Marcamos esta entrevista por telefone com o Sr. Lorivaldino, indicado pela antropóloga do INCRA, Ana Carvalho, como liderança comunitária da Família Silva, mas quando chegamos para a entrevista ele fez questão de chamar Lígia, sua irmã, para conversar conosco. Parecia estar constrangido, no decorrer da entrevista começou a mostrar-nos notícias, documentos e publicações a respeito deles e do Quilombo, demonstrando estar muito orgulhoso de toda aquela notoriedade. Aos poucos começou a participar também da entrevista, prestando as informações que solicitávamos.

O primeiro dado apreendido na entrevista é que o pertencimento ao território é fortalecido pelos laços de parentesco, que reforçam a unicidade do grupo. A família foi se desdobrando sobre o mesmo espaço, geração após geração, e são esses mesmos laços que os fazem pertencentes a toda a cidade, como Lígia reforça quando diz que casaram aqui e na velha igreja Auxiliadora:

Estamos aqui há mais de 60 anos, vieram meus avós, minha vó casou com meu avô e vieram morar aqui nessas terras. Aí aqui elas tiveram duas filhas: minha mãe, Ana Maria da Silva, e minha tia que já é falecida. Meus pais casaram aqui em cima (apontando) e eles casaram na Igreja Auxiliadora, aquela igreja velha da Auxiliadora, porque agora construíram outra. Aqui minha mãe teve 11 filhos, onze filhos aqui nessa terra. E eu sou a mais velha de todas.

As relações com a vida rural, os avós de Lígia vinham da área rural de São Francisco de Paula e de Cachoeira do Sul, ainda ficou presente muito tempo na vida da comunidade, como relata nossa entrevistada, principalmente devido as características do bairro Três Figueiras daquela época, composto por várias chácaras, e também pela falta de acesso a serviços, como o fornecimento de energia elétrica, que perdurou até bem pouco tempo atrás, obrigando-os a continuar utilizando os mesmos métodos de preservação dos alimentos que seus antepassados:

Aqui mora só a minha família. Só meus irmãos, e cunhados né? Aí quando meu avô chegou aqui era tudo só mato, o único pavilhão

que tinha era do colégio Farroupilha e o Anchieta, tanto é que a rua, o final dela, ia só até o Anchieta ali. E aqui meus avós criavam, tinham vaca, tinha muito porco, meu avô plantava de tudo nessas terras e tirava o sustento de cima das terras. Tinha o leite da vaca e matava muito porco, a carne que a gente tinha era a carne de porco. Então meu avô pegava... quando matava o porco, eram umas panelas enormes pretas, ele pegava uma forquilha e botava a alça da panela em cima e matava o porco ali. Aí ele tirava a banha, botava numa lata de querosene grande, e aí tirava a carne, a carne já tava meio frita naquela banha e colocava ali dentro, porque não tinha geladeira e aquela carne conservava ali. Quando precisava de algum pedaço de carne pegava o gancho e puxava. (Dona Lígia)

Os motivos que levaram os avós da Família Silva a se estabelecerem no local que hoje faz parte do bairro Três Figueiras são desconhecidos pela neta, mas imagina que pode ter havido dificuldades para se manter onde eles estavam. Estas prováveis dificuldades devem estar relacionadas ao fato de serem migrantes do interior tentando se estabelecer na Capital com poucos recursos financeiros. Segundo o Laudo Sócio-antropológico (CARVALHO e WEIMER, 2004), citando estudo realizado pela PMPA em 1952, que pretendia analisar o crescimento rápido das aglomerações de malocas na cidade, o motivo indicado para as migrações do interior à capital era principalmente a busca de melhores oportunidades de trabalho (83,08%). Também consta no Laudo a informação de que o precursor da comunidade, o Sr. Alípio (já falecido, avô das lideranças atuais), ao chegar em Porto Alegre, no início da década de 40, tentou primeiramente se instalar no bairro Navegantes, na rua Dona Teodora, junto às margens do Guaíba, importante núcleo de vilas populares da cidade, que havia sofrido muito com a grande cheia de 40 que tornou a área ainda mais desvalorizada. Talvez isso não tenha possibilitado ali a instalação do Sr. Alípio.

Ah, eu não sei por que eles vieram morar aqui, de certo porque ficou ruim pra onde eles estavam, aí foram vindo, vindo, e se acamparam aqui em cima dessas terras. (Dona Lígia)

A morfologia do bairro Três Figueiras foi se alterando através do tempo e a comunidade foi vivenciando as mudanças, das chácaras passou para os lotes que vendidos deram lugar a grandes casas térreas e logo após algumas foram se transformando em prédios e torres residenciais. O estranhamento com a nova movimentação do bairro, principalmente depois da inauguração do Shopping Iguatemi se expressa no relato de Dona Lígia sobre a dificuldade em atravessar a pé

a avenida Nilo Peçanha e também na perda de parte do território, que foi encolhendo conforme aumentava a valorização imobiliária do entorno e as novas construções iam aos poucos tomando o espaço da comunidade, apertando-os cada vez mais.

Era tudo mato fechado aqui. Essa Nilo Peçanha não tinha, nada existia, era tudo mato, agora tu vê isso aqui tu não acredita, é um sacrifício pra atravessar ali, e os porcos antes andavam pra lá e pra cá. Agora pra atravessar é um sacrifício...(Dona Lígia)

Em contraponto à percepção das grandes alterações ocorridas no entorno da comunidade, há a idéia de que a comunidade muda lentamente. Mais casas foram construídas para abrigar as novas famílias que foram se constituindo a partir do casamento dos filhos, e há as mudanças advindas após o pleito do reconhecimento do território como quilombola, a partir da intervenção de instituições federais. Foram construídos banheiros pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), separados das residências, e recebidas máquinas de costura através da Fundação Palmares, demonstrando que há um descompasso entre as ações das instituições públicas e as necessidades da comunidade, faltando o estabelecimento de diálogo mais profundo entre os envolvidos.

Aqui nas nossas casas não mudou muita coisa, só os banheiros que a FUNASA construiu há pouco. Ah, tem mais casas, por causa do pessoal que ia casando. Agora são 13 (treze) casas. Fomos numa reunião em Brasília, da Fundação Palmares, a maioria dos que estavam lá eram de quilombos rurais, era para ver o que cada comunidade precisava, uns pediam tratores, outros sementes, máquinas, aí perguntaram para nós o que queríamos, não sabíamos, disseram então que iam providenciar máquinas de costura, que não podíamos ficar sem nada. Iam construir um ateliê para por as máquinas, para nós trabalharmos, mas até hoje, não construíram nada, as máquinas estão aí, nas caixas, divididas pelas casas, para ter lugar para guardar. Ia ter curso também, mas não teve nada. (Dona Lígia)

O bairro Três Figueiras começou a ser reconhecido como área nobre da cidade, e a valorização imobiliária dos lotes e construções existentes seguiu aumentando. Os agentes imobiliários, empenhados em valorizar ainda mais o capital aplicado naquele bairro da Capital, iniciaram a pressão para retirar dali as habitações e os moradores pobres, que chegaram muito antes, quando tudo era

mato, para “limpar” o terreno, como diz dona Jurumi Pereira de Abreu, moradora da vila Beco do Resvalo, em entrevista concedida ao grupo de trabalho responsável pela confecção do Laudo Sócio-antropológico da Família Silva (CARVALHO e WEIMER, 2004:126): “lugar que ninguém quer...ninguém quer, até aparecer os bobos pra limpar”. Os bobos no caso são os pobres, que não tendo condições financeiras suficientes para ter acesso à propriedade da terra, vão morar nos locais que a princípio não servem para nada. Nesta situação de valorização imobiliária da área e conseqüente elitização, a partir do ano de 1984 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre começa a remover famílias da vila Beco do Resvalo e da vila Caddie para locais mais distantes como a vila Safira e a divisa do Município com Alvorada, para a abertura de ruas e prolongamento de vias já existentes. Há também ação dos agentes imobiliários na pressão exercida sobre os moradores destas vilas, muitas vezes com o uso da violência como forma de expulsá-los dali, mesmo após determinação judicial que suspende as remoções que estavam sendo realizadas. Situações semelhantes são vividas pela comunidade da Família Silva desde esse período, como nos relata Dona Lígia:

Já quiseram nos tirar daqui várias vezes, ofereceram dinheiro. Tentaram nos despejar, foi terrível, durou quinze dias, tira não tira. Só desistiram quando o INCRA fez um documento, o Henrique que fez o documento, aí o juiz voltou atrás. Algumas vezes ofereceram terrenos para a gente se mudar, tudo no meio do mato, longe, na Lomba do Pinheiro, cheio de maricá, lá perto da VAP [Viação Alto Petrópolis], no fim da Avenida Protásio Alves, quase em Viamão, também um matagal. Se queriam nos indenizar para sair daqui ou dar terreno para a gente morar, então era porque tínhamos direito a esse lugar, senão eles nos botavam no olho da rua e pronto. Ah, uma vez quiseram que a gente pegasse nossas coisas e fosse ali para a rua.

A força e a luta da Família Silva na manutenção de seu território vem garantindo resultados positivos para a permanência deles no local que escolheram para morar, ao qual se identificam e criam raízes:

Ninguém saiu, ficamos juntos, só uma prima que desistiu e foi morar noutro lugar. Nós gostamos de morar aqui, sempre moramos aqui, criamos nossos filhos neste lugar. (Dona Lígia)

Com exceção da vila Beco do Resvalo, onde as relações são intensas e existentes há muito tempo, inclusive tendo gerado relações matrimoniais, não há

relação com a vizinhança próxima, e esse distanciamento, mesmo sendo considerado natural a partir de determinado ponto de vista, já que sabem que os moradores dos prédios não se relacionam nem com seus vizinhos de porta, gera sentimento de rejeição por parte dos membros da Família Silva, como aparece na fala de Dona Lígia:

Com a vizinhança? Não, não há relação. Antes havia um ou outro vizinho que se dava bem, nos ajudava. Tem o pessoal do Beco do Resvalo, com eles nos damos bem, mas os outros nem nos olham.

Essa rejeição aparece em outros momentos da vida da comunidade, de forma muito mais contundente e com viés racista, como quando vieram construir os banheiros no Quilombo e os moradores de um dos prédios acorreram às janelas para ver a suposta retirada da comunidade e se manifestaram aos gritos:

Quando o pessoal da FUNASA veio para fazer os banheiros, trouxeram umas máquinas, aí o pessoal daquele prédio lá do fundo, foi para a janela e começaram a gritar: “Olha só, vão tirar a negrada daqui.” Fomos lá e dissemos para eles, não vão tirar nada, vieram aqui para nos ajudar, para melhorar para a gente. (Lorivaldino)

A Família Silva tem resistido à expropriação de seu território a mais de sessenta anos, através de mobilização e organização de seus membros e busca de apoio em instituições e outros grupos organizados da sociedade civil porto-alegrense, mas nos preocupa ainda como será a luta deles contra um inimigo que de certa forma é invisível: a segregação simbólica que se manifesta tanto pela discriminação da vizinhança como por outros aspectos, como os relacionados à reprodução social diária. Levando em consideração a elitização e a característica extremamente residencial de alto padrão que caracteriza o bairro Três Figueiras, e estando o comércio concentrado nos *shoppings centers* e nas grandes avenidas e voltado para atender este público de alto padrão econômico, como ficam as relações comerciais dos Silva no entorno e quanto isto pode afetar a resistência da comunidade no futuro, pois o morar tem ficado afastado das outras esferas da vida cotidiana?

Aqui por perto não dá para comprar nada, é tudo muito caro. Só tem o shopping, mas é muito caro. Tem um Zaffari lá na Protásio (Avenida Protásio Alves) mas também é caro. Aqui cada pãozinho

custa R\$0,30, o quilo do sal custa R\$1,50, não dá. Vamos até a Bom Jesus e Divinéia para comprar carne e outras coisas mais que precisamos. Antigamente tinha comércio pequeno, mas desapareceram junto com a retirada de parte da Beco do Resvalo. (Lorivaldino)

A maioria dos componentes da Família Silva trabalha em serviços domésticos nas casas do entorno, não precisando realizar grandes deslocamentos para esse fim. Segundo Dona Lígia “trabalhamos aqui por perto, a maioria com carteira assinada, de domésticas, de jardineiros”. Nesse caso, relativamente às possibilidades de trabalho, a situação é diferente do que observamos em relação às compras diárias e a utilização dos equipamentos públicos, como postos de saúde e escolas.

A luta e a resistência sempre fez parte da vida dos Silva, e desde a década de 1970, quando começou a pressão imobiliária no bairro, que eles se mobilizam para garantir seu território, através de processos de usucapião e outras formas de persistir no que por direito é deles. Esta organização e participação ativa da comunidade fez com que eles tivessem contato com instituições públicas e privadas e com outros grupos organizados da sociedade civil, sendo que muitos destes estiveram presentes na lutas empreendidas pela Família Silva, trazendo para a comunidade a possibilidade do contato com leis e normas que poderiam ser usadas em prol da resistência, como foi o caso do artigo 68 ADCT, da Constituição Federal de 1988 e os complementos que vieram a seguir:

A idéia do quilombo surgiu no meio da luta pela posse da área. Nosso avô e a família dele eram escravos em São Francisco de Paula, o pessoal registrou no laudo (Laudo Sócio-antropológico) . (Dona Lígia)

Um fato que ilustra bem as situações por que passaram as famílias do Quilombo dos Silva, na luta pelo reconhecimento da área, foi conhecida por nós no evento “Políticas de reconhecimento quilombola – avanços e retrocessos”, do qual participamos²⁴. O Sr. Henrique, do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), relatou durante sua intervenção nesse evento, que durante o processo de despejo pelo qual estava passando a comunidade da Família Silva, o advogado dos que se diziam proprietários da área o procurou e fez, em nome de seus clientes, a seguinte

²⁴ Realizado pelo SINDISERF (Sindicato dos Servidores Federais/RS) em 07/08/2008.

proposta: para resolver aquela situação de maneira amigável ofereciam para a Família Silva 12 (doze) casas quitadas e escrituradas na Restinga, sendo que forneceria também vans que fariam o transporte diário dos membros da comunidade que necessitassem deslocar-se até o Centro para trabalharem. Este discurso representa de forma muito clara a segregação espacial étnico-racial a que estavam querendo sujeitar aquela comunidade, naquele momento. Eles não teriam mais problemas, teriam suas casas e transporte para morarem no local que “naturalmente” estava destinado aos negros pobres da cidade: a Restinga.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda cidade é, entre outras, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. Sua organização espacial dá um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro oposto à periferia, o alto oposto ao baixo, etc.) (BACZKO apud PESAVENTO, 1994)

É chegado o momento de tecer algumas considerações sobre a pesquisa ora realizada, a fim de concluir este trabalho. Temos consciência das nossas limitações e das condições para a realização dessa tarefa e nos permitimos, assim, as reflexões que vêm a seguir.

As comunidades do Areal e da Família Silva possuem características específicas diferenciadas, tanto no aspecto da organização espacial quanto no modo de vida cotidiano.

O Quilombo do Areal está assentado sobre uma organização das moradias baseada no aspecto do solo como mercadoria, pois desde as chácaras do tempo do Arraial da Baronesa até o auto-reconhecimento como comunidade quilombola houve a exploração da área como casas de aluguel, guardando a configuração daquela época. As relações de parentesco que ligam os membros da comunidade com o território não são de uma única família, mas sim de várias, que por sua vez se ligam ao local por gerações, vinculando-se às moradias de cada ramo familiar. A unidade do grupo como quilombolas se dá pela cor da pele (a maioria dos membros da comunidade são afrobrasileiros), pelas relações de sociabilidade e pertencimento intrínsecas ao grupo, e nas reivindicações que são da comunidade como um todo, como a preservação do território - lugar de moradia e espaço de reprodução social. Permanecer neste território tem demandado lutas constantes, pois houve, através do tempo, várias tentativas de remover as famílias da área ocupada, o que não se tornou possível graças à resistência e organização da comunidade. O reconhecimento como remanescentes de quilombolas agregou novo elemento nas práticas de resistência do grupo.

O Quilombo da Família Silva tem uma organização espacial voltada para a vida comunitária, sendo que as casas não estão separadas por cercas e existe uma grande área de convívio comum, de práticas de sociabilidade e solidariedade. A relação familiar (estão ligados a um mesmo tronco familiar) e a cor da pele

são elementos de coesão do grupo. A luta pela permanência no território constituído pela Família Silva perpassa praticamente todo o tempo da ocupação do local. Em um primeiro momento a busca pelos seus direitos territoriais esteve vinculada à reivindicação de direitos sociais universais e igualitários como cidadãos brasileiros, através do instrumento de usucapião, só assumindo um caráter étnico relacionado à categoria jurídica de remanescentes de quilombolas a partir de 2002, incentivados por entidades do movimento negro do Rio Grande do Sul.

Em todos os recantos urbanos ou rurais do Brasil os negros seguem em luta pelo direito à cidadania – por tanto tempo negado – e que é representado também pelo acesso à terra. Tais lutas levaram, muitas vezes, a reconstrução do que é ser negro – condição de certo modo esmaecida devido a invisibilidade social e ao mito da democracia racial brasileira, e agora retomada a partir do auto-reconhecimento como remanescentes quilombolas. Portanto,

não se trata de recuperar etnias, no sentido convencional, mas produzir novos sujeitos políticos, que se organizam mobilizando uma série de elementos de identidade comum e de caráter localizado que remetem a um mesmo passado de escravidão e submissão, a fim de alcançarem novos recursos, em particular os de natureza territorial. (ARRUTI *apud* FONTELES, 2008)

A partir da resistência e luta destas comunidades pela regularização fundiária de seus territórios, foi-se reconstruindo sua identidade plena de cidadãos que se orgulham de suas diferenças étnicas. Hoje eles se auto-reconhecem como remanescentes quilombolas, e vêem a invisibilidade social que permeava suas relações com a cidade se esvaecer e dar lugar ao pertencimento e a solidariedade de diversos grupos sociais, que os reconhecem e participam da luta pelo direito à cidade e ao seu território em particular, como podemos apreender da fala de Rita de Cássia, da comunidade quilombola da Família Silva:

“Nessa luta, estão várias pessoas, que eu nunca vi tanta gente entrar na mesma luta, independe de partido, de cor, de raça, de classe social, é muito bacana, é muito bacana de ver, quando a gente tava com uma ordem de despejo em 2005, eu acho que tinha quase 150 pessoas aqui, numa tarde, no dia que a gente... Tinha quase 200 pessoas, veio até os Sem Terra, então eu digo assim, puxa vida, como é bom a gente ter o povo assim, vê que a luta... hoje a gente tá aqui, graças a Deus, nessa luta, que é a minha luta, que eu falo, que não é só minha é pra todos que tão nessa situação

que a gente tá, de resistência, né, que eu acho que a terra pra nós significa o sangue que corre nas nossas veias, porque daqui que a gente tira o sustento a vida toda...” (Entrevista com Rita de Cássia – GEHLEN, 2008a: 98-99)

Os territórios étnicos constituídos através do Quilombo do Areal e do Quilombo da Família Silva demonstram como os processos de congregação (MARCUSE, 2004) adotados por estas comunidades são válidos para resistir às novas tentativas de segregação espacial a que são expostos pelo poder público e pelo mercado imobiliário, através das constantes dinâmicas de revalorização do espaço urbano, que incluem, normalmente, a remoção de comunidades inteiras para locais mais distantes e com precários serviços públicos.

A luta e a resistência das comunidades quilombolas precisam persistir. É necessário o constante engajamento e manutenção dos laços de solidariedade e sociabilidade que os torna diferentes e fortes, pois movimentos contrários as suas necessidades e interesses vão continuar existindo e exercendo pressão, como temos visto no Poder Executivo Federal²⁵ com a promulgação de decretos e normas que burocratizam os processos de reconhecimento e de titulação da terra, e no Poder Legislativo Federal²⁶, onde há a mobilização de parlamentares em torno de leis que representam retrocesso nas conquistas dos remanescentes de quilombolas. Também localmente, as pressões se manifestam na elitização crescente do entorno das comunidades, dificultando a mobilidade e a reprodução da subsistência. Portanto, as dificuldades continuarão existindo e as comunidades seguirão sofrendo

²⁵ Como exemplo podemos citar o decreto nº.3912, de 10 de setembro de 2001, do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que buscava regulamentar os processos administrativos de identificação dos remanescentes e da definição, demarcação e titulação dos territórios ocupados:

“ Somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que :

I – eram ocupadas por quilombos em 1888;

II – estavam ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos em 5 de outubro de 1988.” (CARVALHO, 2006).

Em 20 de novembro de 2003, atendendo a reivindicação dos quilombolas o governo do presidente Lula editou nova regulamentação sobre a matéria: o Decreto nº.4887/03, que substituiu o Decreto nº.3912/01, e criou condições para a retomada das titulações.

²⁶ Por exemplo, o deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC), em maio de 2007, apresentou projeto de Decreto Legislativo 44/2007, com o intuito de sustar o Decreto 4887/03 sob a justificativa de que este pretendia regulamentar direta e imediatamente um preceito constitucional, o que seria inconstitucional.

pressões concretas e simbólicas para que se mudem para periferias desinteressantes, em novo movimento de segregação espacial, de forma a deixar o território que ocupam livre para a especulação imobiliária.

Várias questões surgiram durante a pesquisa que nos despertaram interesse de estudos mais amplos. Gostaríamos de deixar registrado, ao menos, os dois caminhos a seguir:

- A questão de gênero: já que as mulheres são maioria nas duas comunidades como responsáveis por domicílio e são as principais organizadoras das comunidades, fazendo o papel de mediação entre as instituições e as comunidades quilombolas. Não foi possível aprofundarmo-nos mais no tema, ficando este como sugestão para um possível estudo posterior.
- As disputas políticas e ideológicas travadas no âmbito do espaço da cidade: onde é demonstrado o total desprezo pelos valores das comunidades menos favorecidas, que são tratadas como meros objetos de manipulação. Os valores que aqui nos referimos são referentes aos laços de sociabilidade e solidariedade entre as famílias que são constantemente reassentadas, sem que sejam levadas em consideração as relações sociais estabelecidas no local de origem. É necessário não perder de vista que tais ações estão relacionadas com os projetos político-ideológicos hegemônicos do seu tempo, que relacionam as estruturas de poder e decisão com o espaço geográfico – nesse caso a cidade.

Estabelecemos, portanto, com este trabalho, um exercício do olhar geográfico sobre as comunidades quilombolas urbanas e os processos de segregação espacial e resistência vivenciados pelas mesmas no espaço urbano, na luta pelo direito à cidade. Fizemos um esforço para ampliar os estudos que têm sido empreendidos por acadêmicos de diversas áreas, sabendo que para nós representa um engatinhar nos meandros da pesquisa e do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, J.C.G. & RUCKERT, A. A. (Coord.). **Laudo sócio-antropológico da comunidade Quilombola de Cambará - Cachoeira do Sul - Rio Grande do Sul: Relatório final** [manuscrito]. 2006. CD-ROM.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

CAMPOS, A. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2006.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CARVALHO, A.P.C. & WEIMER, R.A. **Família Silva: Resistência Negra no bairro Três Figueiras**. Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento ao artigo 68/ADCT. FCP/PMPOA: Porto Alegre, setembro de 2004. Mimeografado.

CORREA, R. L., **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.(Série Princípios)

COSGROVE, D. Geografia cultural do milênio. *In* **Manifestações da cultura no espaço**. ROSENDAHL, Z.; CORREA, R.L. (Orgs.). RJ: EdUERJ, 1999. p.17-46.

FONTELES, L.V. **A identidade do negro sertanejo e a “invenção” dos remanescentes de quilombos**. IV ENECULT, 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14406.pdf>>, acesso em 06/10/2008.

GEHLEN, I. (Coord. geral) *et al.*, **Estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS**. LABORS - IFCH/UFRGS. Porto Alegre: 2008. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/quilombolaspoarelatori_ofinal_2008.pdf>, acesso em 20/07/2008.

LEITE, I.B. As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil. *In* O'DWYER, E.C. (org.) **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro, ABA, 1995. Caderno da Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: <<http://www.nuer.ufsc.br/artigos/classificacoes.html>>, acesso em julho/2008.

MAESTRI, M. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.

MAESTRI, M. **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MAMMARELLA, R. (Coord.), **Como anda a metrópole de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2006. CD-ROM.: il.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. *in Segregações urbanas*. Espaço & Debates. São Paulo. v. 24 n.45.jan/jul 2004. p. 24-33.

MARQUES, O. R.; MATTOS, J. R. . **“Morar em Casa de Avenida” - Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa**. 2007 (Relatório antropológico de caracterização histórica e sócio-cultural de territórios quilombolas). Mimeografado.

MARQUES, O. R. **Projeto Quilombo do Areal: memória e patrimônios**. Relatório de atividades. Coleção Teses nº.29 - Porto Alegre, 2005. Mimeografado.

MATTOS, J. R. **“Que Arraial que Nada, Aquilo Lá é um Areal” O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921)**. Dissertação. (Mestrado em História).PUCRS. Porto Alegre, agosto de 2000.

MAUCH, C. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. *In* VARGAS, A. (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. 1 ed. PORTO ALEGRE: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994.

MORAES, A.O. **Áreas do DEMHAB e conexas** [manuscrito]. 6.ed. 2008. 3 v.: il.

OBSERVA-POA (Observatório da Cidade de Porto Alegre). Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_sistema=S&p_tpl=T>, acesso em 28/09/2008.

PESAVENTO, S. J. . Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. *In*: VARGAS, A.. (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: Cultura E Sociedade**. 1 ed. PORTO ALEGRE: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994, v. , p. 126-143.

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. *In Segregações urbanas*. Espaço & Debates. São Paulo. v. 24 n.45.jan/jul 2004. p. 11-23.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/infocidade/default.php?p_secao=48, acesso em 18/06/2008.

RIGATTI, D. **Morfologia urbana, memória coletiva e formas de socialidade em Porto Alegre: o centro da cidade : relatório final**. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Propur, 1991.

ROLNIK, R. **O que é cidade**.São Paulo:Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos)

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, V. R. R. **"De gente da Barragem" a "Quilombo da Anastácia" : um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS** [manuscrito]. 2006.

SECOVI/RS; AGADEMI, **Panorama do mercado imobiliário de Porto Alegre - 2003.** Porto Alegre: 2004. 44 p. : il.

SECOVI/RS; AGADEMI, **Panorama do mercado imobiliário de Porto Alegre em 2004.** Porto Alegre: 2004. 24 p. : il.

SECOVI/RS; AGADEMI, **Panorama do mercado imobiliário de Porto Alegre 2005.** Porto Alegre: 2005. 28 p. : il.

SECOVI/RS; AGADEMI, **Panorama do mercado imobiliário 2006.** Porto Alegre: 2006. 42 p. : il.

SECOVI/RS; AGADEMI, **Panorama do mercado imobiliário 2007.** Porto Alegre: 2007. 50 p. : il.

SINDUSCON/RS, **XI Censo do mercado imobiliário de Porto Alegre: imóveis novos.** 2008. CD-ROM

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1988

VARGAS, A.Z. Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19. *In*: VARGAS, A.. (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade.** Porto Alegre/Canoas/ São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed.ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994. p.25-42.

UEDA, V. O mercado imobiliário na cidade de Porto Alegre (RS): os novos empreendimentos e as suas transformações no espaço urbano. *In* **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina/** organizadores, Rogério Leandro Lima da Silveira, Paulo César Xavier e Vanda Ueda. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006 p.92-115.

ANEXO

Listagem das AED's de Porto Alegre e os bairros que compõe cada uma, quando formada por mais de um bairro:

Agronomia
Belém Novo
Camaquã
Cavanhada
Centro
Cidade Baixa
Cristal
Cristo Redentor
Floresta
Independência
Jardim Botânico
Lomba do Pinheiro
Partenon
Passo da Areia
Passo das Pedras
Petrópolis
Restinga
Rubem Berta
Santana
Santo Antonio
São João
São José
Sarandi
Farrapos
Jardim Carvalho
Jardim Sabará
Mário Quintana
Morro Santana

Humaitá – Arquipélago, Humaitá, Anchieta
São Geraldo – Navegantes, São Geraldo
Jardim Floresta - Jardim São Pedro, Santa Maria Goretti, Jardim Floresta
Jardim Lindóia – Jardim Lindóia, São Sebastião
Higienópolis – Higienópolis, Boa Vista
Bom Jesus – Bom Jesus, Jardim do Salso
Vila João Pessoa – Vila João Pessoa, Cel. Aparício Borges
Glória – Glória, Cascata, Belém Velho
Santa Teresa – Medianeira, Santa Teresa
Teresópolis – Teresópolis, Nonoai
Vila Nova – Vila Nova, Campo Novo
Ponta Grossa – Ponta Grossa, Chapéu do Sol, Lageado, Lami
Tristeza – Vila Assunção, Tristeza, Vila Conceição
Pedra Redonda – Ipanema, Espírito Santo, Guarujá
Hípica – Hípica, Serraria
Menino Deus – Menino Deus, Azenha, Praia de Belas
Bom Fim – Farroupilha, Bom Fim
Moinhos de Vento – Auxiliadora, Mont Serrat, Moinhos de Vento, Bela Vista
Rio Branco – Rio Branco, Santa Cecília
Três Figueiras – Três Figueiras, Chácara das Pedras, Vila Jardim
Vila Ipiranga – Vila Ipiranga, Jardim Itú

Costa, Angela Maria Faria da

Quilombos urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre/RS: uma análise a partir dos Quilombos do Areal e da Família Silva. / Angela Maria Faria da Costa - Porto Alegre : UFRGS, 2008.

[74 f.] il.

Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2008.

1. Geografia. 2. Segregação Espacial. 3. Resistência. 4. Quilombo Urbano. 5. Quilombolas. Porto Alegre, RS. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113